



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



TICIANA DE SOUZA OLIVEIRA

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: OS PROCESSOS DE
TRABALHO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO
VALE DO IVAÍ**

Ivaiporã

2021

TICIANA DE SOUZA OLIVEIRA

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: OS PROCESSOS DE
TRABALHO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO
VALE DO IVAÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Marques.

Ivaiporã

2021

TICIANA DE SOUZA OLIVEIRA

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA: OS PROCESSOS DE TRABALHO NOS
PEQUENOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Estadual de Maringá – UEM,
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Douglas Marques
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Claudiana Tavares da S. Sgorlon
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Edinaura Luza
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, ____ de _____ de 2021.

*“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que
é de hábito como coisa natural.
Pois em tempo de desordem sangrenta, de
confusão organizada, de arbitrariedade
consciente, de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar”.*

Berthold Brecht.

OLIVEIRA, Ticiana de Souza. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e população em situação de rua**: os processos de trabalho nos pequenos municípios da Região do Vale do Ivaí. 2021. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2021.

RESUMO

Com base na escassez de estudos referentes ao atendimento, ao acesso aos direitos e as características da população em situação de rua na Região do Vale do Ivaí, no Paraná, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema os processos de trabalho das assistentes sociais atuantes nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Vale do Ivaí, e a materialização do Projeto Ético-Político profissional no atendimento à população em situação de rua. Nesta direção, a problemática de pesquisa utilizada foi: como se materializa o Projeto Ético-Político profissional do/a assistente social em seus processos de trabalho no atendimento à população em situação de rua nos CREAS dos municípios de pequeno porte I e II, na Região do Vale do Ivaí? Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de trabalho dos/as assistentes sociais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social da Região do Vale do Ivaí e a materialização do Projeto Ético-Político profissional no atendimento à população em situação de rua. A fim de responder ao problema de pesquisa, este trabalho centra-se em três principais abordagens: 1) Análise dos principais valores e posicionamentos éticos, que compõe Projeto Ético-Político do Serviço Social; 2) Análise dos processos de trabalho dos/as assistentes sociais dos CREAS da Região do Vale do Ivaí e a sua relação com o referido projeto profissional; 3) Análise do perfil e as principais características da população em situação de rua. Diante disso, esta pesquisa é composta por metodologia qualitativa, que busca evidenciar a leitura de realidade que os participantes têm sobre o tema, com delineamento exploratório, uma vez que objetiva propiciar uma aproximação com a temática, ainda abordada de forma incipiente. A coleta de dados, além de pesquisa bibliográfica, se deu por meio da aplicação de questionários, sendo que os participantes da pesquisa foram compostos por oito assistentes sociais, atuantes nos CREAS de municípios do Vale do Ivaí. Os resultados da pesquisa possibilitaram a identificação das principais características da população em situação de rua no território e demonstraram o empenho profissional na busca da garantia dos direitos dessa população, em consonância ao Projeto Ético-Político profissional. Somado a estes aspectos, o trabalho contribuiu com a expansão da discussão em relação à temática da população em situação de rua, presente nos municípios do Vale do Ivaí.

Palavras-chave: População em situação de rua. Processos de trabalho do Serviço Social. Projeto Ético-Político. Região do Vale do Ivaí.

OLIVEIRA, Ticiana de Souza. Project Ethical Political from Social Work and homeless population: the work processes in small cities of the Vale do Ivaí region, on Paraná State. 2021. 80 f. Course Conclusion Paper (Graduation in Social Work) - State University of Maringá, Ivaiporã, 2021.

ABSTRACT

Understanding the scarcity of studies on the care, access to rights and characteristics of the homeless population in the Region of Vale do Ivaí, Paraná State, this Course Completion Paper (TCC) has as its theme the work processes of social workers in the Specialized Reference Centers for Social Assistance (CREAS) of Vale do Ivaí, and the materialization of the professional Project ethical political in the care of the homeless population. In this direction, the research problem used was: how does the professional Project ethical political from social work materialize in his/her work processes in the assistance to the homeless population in the CREAS of the small cities, in the Vale do Ivaí region? In this context, this effort aims to analyze the work processes of social workers from the CREAS in the Vale do Ivaí region and the materialization of the Professional Project ethical political in the care of the homeless population. To answer the research problem, this work focuses on three main approaches: 1) Analysis of the main values and ethical positions, contained in the Project ethical political from Social Work; 2) Analysis of the work processes of social workers of CREAS in the region of Vale do Ivaí and its relationship with this Professional Project; 3) Analysis of the profile and main characteristics of the homeless population. Therefore, this research is composed of qualitative research methodology, which seeks to highlight the reading of reality that the participants have on the subject, with exploratory, since it aims to provide an approach to the theme, still addressed incipiently. Data collection, besides bibliographic research, was carried out through the application of questionnaires, and the participants of the research were composed of eight social workers, working in CREAS in small cities of the Vale do Ivaí. The main results of the research enabled the identification of the main characteristics of the homeless population in the territory and demonstrated the professional commitment in the pursuit of ensuring the rights of this population, in line with the Project ethical political. Added to these aspects, the work contributed to the expansion of the discussion regarding the theme of the homeless population present in the cities of Vale do Ivaí.

Keywords: Homeless people. Work Processes of Social Work. Ethical-political project. Vale do Ivaí Paraná State.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil (set./2012-mar./2020).....	36
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População em situação de rua por região (set./2012-mar./2020).....	37
Quadro 2 – População em situação de rua por porte populacional e nas capitais (set./2012-mar./2020).....	38
Quadro 3 – Equipamentos/unidades e serviços socioassistenciais de atendimento para a população em situação de rua no Estado do Paraná.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
APAS	Associação Profissional dos Assistentes Sociais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CENEAS	Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIAMP-Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRUA	Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação

MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NOB/RH-SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional Para a População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RMA	Registro Mensal de Atendimento
SEDS	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEJU	Secretaria da Justiça, Família e Trabalho
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEM – CRV	Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	13
1.1	Serviço Social: questão social e projeto profissional.....	13
1.2	Projeto Ético-Político do Serviço Social: direção social da profissão.....	22
2	OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CREAS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	26
2.1	Os processos de trabalho dos/as assistentes sociais no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.....	26
2.2	A população em situação de rua.....	32
3	METODOLOGIA.....	42
4	OS PROCESSOS DE TRABALHO DO/A ASSISTENTES SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA REALIDADE DO VALE DO IVAÍ.....	46
4.1	Os processos de trabalho do/a assistente social junto à população em situação de rua.....	46
4.2	Caracterização da população em situação de rua no Vale do Ivaí.....	52
5	A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO VALE DO IVAÍ.....	55
5.1	A materialização do Projeto Ético-Político: aproximações com a realidade da população em situação de rua.....	55
5.2	Aprendizados e descobertas com a pesquisa.....	64
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68
	APÊNDICES.....	73
	Apêndice A – Questionário aplicado as profissionais pesquisadas.....	74
	Apêndice B – Material bibliográfico referente ao tema da população em situação de rua em municípios de pequeno porte.....	79
	Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	80

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí (UEM-CRV), tem como tema os processos de trabalho dos/as assistentes sociais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) da Região do Vale do Ivaí e a materialização do Projeto Ético-Político profissional no atendimento à população em situação de rua.

Com o intuito de aprofundar os conhecimentos relativos aos processos de trabalho do Serviço Social na Política de Assistência Social e, entender como se materializa o Projeto Ético-Político no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais da Região do Vale do Ivaí, definiu-se o CREAS como serviço em que se realizaria a investigação da realidade para desvelar esses elementos.

Ao verificar a escassez de informações referentes ao fenômeno da população em situação de rua em municípios de pequeno porte, e considerando que a região em que se localiza o CRV é formada majoritariamente por municípios de pequeno porte I e II¹, e também que, desde a implantação do Curso de Serviço Social na UEM, no ano de 2010, até o ano de 2019, não foram realizados estudos relacionados a temática da população em situação de rua, construiu-se o problema de pesquisa: “Como se materializa o Projeto Ético-Político profissional do/a assistente social em seus processos de trabalho no atendimento à população em situação de rua nos CREAS dos municípios de pequenos porte I e II, na Região do Vale do Ivaí?”

A fim de responder tal questão, definiu-se como objetivo geral: Compreender os processos de trabalho dos/das assistentes sociais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social da Região do Vale do Ivaí e a materialização do Projeto Ético-Político profissional no atendimento à população em situação de rua; e específicos: 1) Problematizar os processos de trabalho dos/as assistentes sociais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) da Região do Vale do Ivaí, junto à população em situação de rua; 2) Analisar os princípios contidos no Projeto Ético-Político profissional e sua incidência no atendimento à População em Situação de rua; 3) Analisar, de forma preliminar, o fenômeno população em situação

¹ De acordo com o documento de orientações técnicas do CREAS, considera-se como um dos aspectos relevantes para a instalação dos serviços de proteção social o porte populacional dos municípios, sendo classificados como de pequeno porte I os municípios com população total até 20.000 habitantes, e pequeno porte II, os municípios com população total de 20.001 a 50.000 habitantes.

de rua nos municípios de pequeno porte da Região do Vale do Ivaí; 4) Apresentar a importância do estudo para o debate acadêmico e da sociedade, a fim de dar visibilidade ao tema da população em situação de rua na região e para a formação em Serviço Social.

A partir da pesquisa realizada neste TCC, objetiva-se que este contribua para o crescimento pessoal, acadêmico e profissional da pesquisadora, assim como para expandir a discussão do tema no Serviço Social, uma vez que o mesmo ainda é pouco explorado nos estudos da categoria profissional, e para dar visibilidade a população em situação de rua dos pequenos municípios, em especial os que compõem a Região do Vale do Ivaí.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No capítulo 1, discute-se a gênese da questão social no Serviço Social e como ela se relaciona com o Projeto Ético-Político profissional, considerando os posicionamentos e valores que norteiam a direção social da profissão.

O capítulo 2 aborda os processos de trabalho dos/as assistentes sociais atuantes nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e apresenta uma breve contextualização histórica da população em situação de rua, alguns processos de exclusão e a caracterização destes sujeitos.

O capítulo 3 demonstra a metodologia de pesquisa utilizada, explicitando a sua natureza, a abordagem, o universo e os sujeitos pesquisados, assim como o instrumento utilizado para a coleta de dados, o modelo de análise dos dados e as suas etapas. No capítulo 4, apresenta-se a análise dos processos de trabalho dos/as assistentes sociais nos CREAS no atendimento à população em situação de rua, bem como as características desta no território, correlacionando-a com a teoria apresentada, com o objetivo de verificar congruências e/ou contradições.

No capítulo 5, apresentam-se as análises, com base na fundamentação teórica explicitada nos dois primeiros capítulos, como tem se materializado o Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano profissional das assistentes sociais pesquisadas, assim como os aprendizados e os questionamentos provenientes da pesquisa.

1 SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Neste capítulo pretende-se apresentar uma visão geral, na perspectiva crítica, da gênese da questão social no Serviço Social, e sua relação com o Projeto Ético-Político, explicitando os principais posicionamentos e valores postos na direção social da profissão.

1.1 Serviço Social: questão social e projeto profissional

Com o início da industrialização no Brasil no começo do século XX, questões não ou mal resolvidas de séculos anteriores ficaram aparentes, como a impossibilidade de manutenção da sobrevivência dos escravos libertos no final do século XIX e a apropriação desigual da terra iniciada desde o início da colonização do país (SILVA, 1980), que refletiram na enorme disparidade presente nas condições de vida de grandes parcelas da população.

Dado o grande contingente populacional concentrado nos centros urbanos nesse período em contraposição às poucas indústrias existentes, não havia trabalho suficiente para abarcar o grande número de trabalhadores disponíveis, e, como parte do processo de acumulação, a população operária se constituía em uma minoria, o que fazia com que esse grande número de trabalhadores sobrantes, constituíssem um exército industrial de reserva (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000). Para além desses trabalhadores sobrantes, existiam também, segundo Iamamoto e Carvalho (2000), os que viviam de trabalhos irregulares e tinham de sobreviver com seus níveis de vida abaixo da média do restante da classe trabalhadora, que sendo trabalhadores da indústria, viviam em situações extremamente precárias, tanto em condições de trabalho, como de subsistência.

Dessa conjuntura, irrompe o pauperismo definido por Netto (2001, p. 43) como “pobreza acentuada e generalizada”. Essa pobreza aumentava proporcionalmente a capacidade de produção de riqueza, e para a classe trabalhadora se expressava, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2000), nas más condições de saúde, dado o desgaste proveniente das extenuantes jornadas e más condições de trabalho; na habitação, já que a remuneração era insuficiente para garantir condições dignas de moradia, de modo que disso decorria também a inserção precoce de crianças e adolescentes na atividade produtiva. E, também, nos acidentes de trabalho, que

aumentavam à medida que se expandiam os equipamentos e máquinas industriais, tudo isso transformando a rotina dos trabalhadores em um cotidiano de sofrimento e luta pela sobrevivência.

Para Netto (2001), a expressão “questão social” passa a ser utilizada para dar conta do fenômeno do pauperismo, tendo a ver com seus desdobramentos sócio-políticos. O autor expõe:

Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2001, p. 43).

Partilhando do pensamento de Iamamoto e Carvalho (2000), a exploração desmedida do capital sobre a força de trabalho da classe trabalhadora nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil, fez surgir por meio da luta defensiva iniciada por essa classe, uma espécie de estado de alerta à burguesia, em razão de que para a elite burguesa, a organização da classe trabalhadora consistia em uma ameaça a importantes valores dessa elite como a moral, a religião e a ordem pública. Diante disso, impõe-se a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho.

Ainda nesse início de século, a questão social, posteriormente reconhecida como “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2015, p. 27, grifo da autora), não recebeu tratamentos que respondessem verdadeiramente a sua raiz, que naquele momento estava apenas começando a surgir. Dessa forma, recebeu tratamentos diversos por parte do Estado e das instituições responsáveis por lidar com seus desdobramentos, sendo que no Brasil até os anos 1930, conforme Abramides (2016), a questão social era tratada como caso de polícia por meio da repressão, do controle e do paternalismo.

Com a latente insubordinação da classe trabalhadora diante de suas lamentáveis condições de vida e trabalho, surgiu a necessidade de que fossem criados meios de intervenção para amenizar as más condições de subsistência desses trabalhadores, contendo a sua insatisfação, de modo que:

Nos anos 30, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais (YAZBEK, 2009, p. 6).

Esse contexto de imposição do controle sobre a classe trabalhadora é que ocasiona a implantação do Serviço Social que, conforme Iamamoto e Carvalho (2000, p. 127), afirmam que surge da iniciativa de grupos particulares e frações de classe orientados pela Igreja Católica, contando com:

[...] uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que se reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

Yazbek (2009) afirma que em 1936, ano de criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, a questão social era vista com base no pensamento social da Igreja Católica, sendo entendida como questão moral, como um conjunto de problemas de responsabilidade individual dos sujeitos, tratadas a partir de perspectivas conservadoras, individualistas, psicologizantes e moralizadoras, as quais necessitavam de uma pedagogia psicossocial para seu enfrentamento e que encontrariam no Serviço Social, legítimas possibilidades de se desenvolver.

Nas duas décadas seguintes, ainda conforme a autora, o conservadorismo católico passa a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano “e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista” (YAZBEK, 2009b, p. 9). Nesse período começam a surgir as grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais ou autárquicas (IAMAMOTO, 2013, p. 107) para dar conta do controle do proletariado que se expandia no período em decorrência do avanço da industrialização. A partir daí, o Serviço Social:

[...] se institucionaliza e legitima como profissão, extrapolando suas marcas de origem no interior da Igreja, quando o Estado centraliza a política assistencial, efetivada através da prestação de serviços sociais implementados pelas grandes instituições; com isso, as fontes de legitimação do fazer profissional passam a emanar do Estado e do conjunto dominante (IAMAMOTO, 2013, p. 110).

Na primeira metade da década de 1960, o Serviço Social ainda não contava com uma base teórica forte que permitisse a categoria um “significativo debate teórico-metodológico” (NETTO, 2015, p. 170). É no contexto de ditadura militar e do Movimento de Reconceituação na América Latina que a influência da Igreja Católica começa a perder força, pois, se inicia o processo de modernização da profissão. Nesse sentido, Netto (2015, p. 168-169, grifo do autor) diz que:

[...] é inconteste que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de 1960, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. A ruptura com este cenário tem suas bases na *laicização* do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissional pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante; são constitutivas dessa laicização a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente *disputa pela hegemonia* do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.) Destaquemos, imediatamente, este ponto: tal laicização, com tudo o que implicou e implica, é *um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa*.

Esse processo de renovação do Serviço Social, iniciado na segunda metade da década de 1960, apresentou três (3) tendências apontadas por Abramides (2016, p. 460): 1) A tendência modernizadora, na qual o Serviço Social é configurado “como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo”; 2) A reatualização do conservadorismo, que consistia na autorrepresentação da profissão com base na fenomenologia, rejeitando o positivismo que estava antes presente na perspectiva modernizadora, assim como a teoria social de Marx; 3) A última, que se expressou “no legado marxiano e na tradição marxista”, com o projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, hegemônico a partir de 1979. Essa renovação consistia no:

[...] conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social

contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2015, p. 172).

O autor apresenta ainda que esse processo suscita a construção de “um pluralismo profissional” que, diferente do que havia sido visto nos anos anteriores na prática da profissão, se fixasse “nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem.”² (NETTO, 2015, p. 172).

Em 1979 realiza-se em São Paulo um evento de extrema importância para a profissão, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, denominado Congresso da Virada. Nesse congresso o processo de ruptura com o conservadorismo:

[...] se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, na articulação das CENEAS, sindicatos e APAS com a ABESS, que iniciara a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganizara, no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriam nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, práxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos CRAS e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas [...] (ABRAMIDES, 2016, p. 465).

A partir disso, se iniciou um novo período para o Serviço Social, sendo que a década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social (IAMAMOTO, 2015). É nessa década que se dá continuidade ao processo de construção de um projeto profissional, hoje hegemônico³ e norteado pelo Código de Ética Profissional do/a Assistente Social – 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social – Lei nº 8662/1993 e pela Lei de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996).

² De acordo com Netto (2015, p. 172), anteriormente a renovação da profissão, o fundamento da instituição profissional era frequentemente deslocado para bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente, e a validação teórica não possuía relevo ou não se registrava a simultaneidade destas duas dimensões.

³ Algumas ameaças estão colocadas a esse Projeto Profissional, como a redefinição do papel do Estado, o desmantelamento das Universidades Públicas, o acirramento da precarização das Políticas Públicas, o revigoreamento das reações conservadoras, a perseguição as minorias, entre outras.

Após esse longo processo em que se pretendia romper com o conservadorismo, buscando novas formas de analisar e intervir na realidade com bases teóricas consistentes e coadunáveis à nova direção que o Serviço Social se propunha a seguir, a questão social passa a ser interpretada de uma outra forma, que não mais aquela instituída pela igreja de “caráter conservador, individualista, psicologizante e moralizador” (YAZBEK, 2009, p. 8).

Assim, a questão social passa a ser reconhecida pelo Serviço Social como consequência das contradições da sociedade capitalista que, como afirma Iamamoto (2015) ocorre em decorrência da exploração de uma classe sobre outra e a ampliação da atividade coletiva em detrimento da sua apropriação cada vez mais privada, que acirram as desigualdades sociais que são entendidas como expressões da questão social.

A autora refere ainda que, a questão social tem também outra face, a face em que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2015, p. 28). Essa produção de rebeldia, aliada aos processos de exploração da classe trabalhadora, conduz às disputas entre os “projetos societários” (NETTO, 2018, p. 2-3).

Esses projetos apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que requerem determinados valores para justificá-la e que privilegiam meios, materiais e culturais, para que isso se concretize. São projetos coletivos, mas que peculiarmente se constituem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Netto (2018, p. 2-3) também ressalta que:

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade [...]. Por isto mesmo, nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder.

Além desses projetos, existem também os projetos profissionais, que de acordo Netto (2018), são construídos por um sujeito coletivo, podendo ser este o corpo ou categoria profissional, que deve ser pensado com base em todo o conjunto de membros que dão efetividade a profissão. O autor explica:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2018, p. 4).

A partir dessa explanação, pode-se compreender o projeto profissional do Serviço Social, o qual se constitui, conforme Teixeira e Braz (2009), com base na explicitação de princípios e valores ético-políticos, numa matriz teórico-metodológica a qual se fundamenta, na crítica radical à ordem social vigente e pelas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

O antagonismo das classes sociais constituídas por projetos societários distintos, resultam na tensão que produz as desigualdades sociais e, concomitantemente, a rebeldia e a resistência, constituindo assim, o espaço onde trabalham os/as assistentes sociais, haja vista que são esses interesses sociais distintos que produzem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2015). Quanto a isso, Netto e Carvalho (2000, p. 52) apresentam que:

O Serviço Social é uma profissão que tem características singulares. Ela não atua sobre uma única necessidade (tal qual o dentista, o médico, o pedagogo...) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade, sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade. É por isso que os profissionais de Serviço Social, atuam basicamente na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada.

Partilhando do pensamento de Netto (2018), o projeto profissional do Serviço Social teve no enfraquecimento e distensão da ditadura na década de 1980, a primeira condição para que se construísse um novo projeto profissional, onde segmentos da categoria se vincularam ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, instauraram na profissão o pluralismo político que redimensionou a categoria profissional, e também a inseriu no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros.

A materialização desse projeto profissional se apoiou em alguns componentes, como será apresentado na sequência. O primeiro deles foi, de acordo com Netto (2018), a sua legitimação no âmbito acadêmico, que consolidou a produção de conhecimento da área de Serviço Social nos espaços da Pós Graduação, onde se fez presente um pluralismo que resultou em teorias e metodologias sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras. Essa produção de conhecimento, conforme expõem Teixeira e Braz (2009), permitiu que se conhecesse a forma de sistematização das diversas modalidades práticas da produção, nas quais se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional, especulativos e prospectivos em relação a ele.

Para Teixeira e Braz (2009), outros componentes imprescindíveis para a materialização deste projeto foram as instâncias organizativas da profissão, que envolvem desde as entidades da profissão como os Conselhos Regional e Federal de Serviço Social (CRESS e CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e a representação do movimento estudantil pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), assim como os fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades em que são definidos coletivamente os traços gerais do projeto profissional.

Os autores supracitados afirmam que, o aparato jurídico-político se alia a estes itens constituindo o arcabouço legal e institucional da profissão, tais como as Leis e as resoluções, os documentos e os textos políticos elaborados pela profissão. Destacam também que essa dimensão dispõe de duas esferas distintas, mas que se articulam, sendo essas um aparato jurídico-político estritamente profissional que se expressam como componentes construídos e legitimados pela categoria, como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social (1996), documento ratificado em sua integralidade pela Assembleia Nacional da ABEPSS em 1996 e aprovado, com alterações positivas e negativas, pelo Ministério da Educação (MEC). E o aparato jurídico-político de caráter mais abrangente onde se centram:

[...] o conjunto de leis (a legislação social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que, embora não exclusivo da profissão, a ela diz respeito tanto pela sua implementação efetiva tocada pelos assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação (pense na área da saúde e na LOS – Lei Orgânica da Saúde – ou na assistência social e na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social – ou, ainda, na área da infância e

juventude e no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente), quanto pela participação decisiva que tiveram (e têm) as vanguardas profissionais na construção e aprovação das leis e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 9).

Nessa perspectiva, Netto (2018) aponta que esse aparato jurídico-político mais abrangente não ocorreu somente devido a requalificação da prática profissional, mas também e, sobretudo, por meio da conquista dos direitos cívicos e sociais presentes na restauração democrática da sociedade brasileira, o que viabilizou que ações interventivas com categorias sociais como crianças, adolescentes, idosos, por exemplo, fossem possíveis de serem viabilizadas institucionalmente devido ao respaldo jurídico-legal.

Esse projeto profissional enfrenta alguns desafios cotidianos em decorrência do seu caráter emancipatório que se opõe a ideologia neoliberal que direciona a vida social a uma direção oposta a direção social evidenciada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nessa linha de raciocínio, Barroco (2011) afirma que o aprofundamento da exploração do trabalho, do desemprego estrutural e conjuntural, a instituição de novas formas de trabalho precário, somado a destruição dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, são fatores que incidem diretamente na vida dos indivíduos e que criam demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente por esses sujeitos em seu cotidiano.

A nova dinâmica do conjunto das relações sociais se fragmentam “em todas as esferas da vida social desde a produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes” (BARROCO, 2011 apud CHAUI, 2006, p. 324) o que permite, segundo Barroco (2011), que a ideologia neoliberal pós moderna declare “o fracasso” dos projetos emancipatórios e das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade.

Esse contexto impõe desafios ao Projeto Ético-Político profissional, considerando que essa ideologia pós moderna se pauta em valores conservadores, juízos meritocráticos e moralizantes e, fazendo uso de meios de comunicação como “o rádio, a televisão, a internet e revistas de grande circulação, falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a ‘questão social’, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a

xenofobia” (BARROCO, 2011, p. 208), práticas essas totalmente contrárias aos princípios e valores que fundamentam o Projeto Ético-Político do Serviço Social e, conseqüentemente, a direção que orienta a profissão.

Ademais, Barroco (2011) cita que devido a isso, se faz necessário que o/a assistente social esteja capacitado para realizar o enfrentamento dessas práticas, visando não reproduzi-las. Também salienta que:

Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária (BARROCO, 2011, p. 214).

Dessa forma fica evidente que o Serviço Social se orienta por meio dos princípios e valores que fundamentam seu Projeto Ético-Político, se opondo a ideologia dominante que tem interesses contrários aos que orientam a profissão e que devem ser combatidos pelo conjunto da categoria profissional, fortalecendo a busca pela emancipação humana e a garantia dos direitos da classe trabalhadora.

1.2 Projeto Ético-Político do Serviço Social: direção social da profissão

A direção social da profissão expressa no Projeto Ético-Político profissional evidencia o seu forte posicionamento em favor da classe trabalhadora. Esse posicionamento pode ser visualizado também nos princípios fundamentais do Código de Ética do/a assistente social, os quais serão brevemente apresentados.

Esse Código reconhece a liberdade como valor ético central, e, segundo Netto (2018), ela é concebida como possibilidade de escolhas entre alternativas concretas, que possibilitem aos indivíduos autonomia, a emancipação e a plena expansão como indivíduos sociais, isto é, por meio da possibilidade de decisão dos sujeitos, com base em suas vontades, valores e crenças, se garante o princípio da liberdade nas intervenções profissionais realizadas nas diversas áreas de atuação do Serviço Social.

A profissão se compromete ainda com a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, os quais, nos últimos anos, com o avanço do conservadorismo no país, tem sido cada vez mais violados.

De acordo com Barroco (2011), as práticas de encaminhamento dos indivíduos têm sido seletivas, baseadas em avaliações morais, de classe e condição

social, tendo o/a assistente social que estar capacitado para o enfrentamento dessas ações, a fim de não as repetir, se recusando a atender as novas requisições do estado policial, e não exercer a coerção.

Dessa forma, os/as assistentes sociais são desafiados contrariamente à essa conduta, tendo em vista que a profissão busca garantir o tratamento digno a todos/as os/as cidadãos/ãs, assim como a não discriminação por inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Esse projeto, declarado “radicalmente democrático” (NETTO, 2018, p. 16) se empenha na busca por uma sociedade profundamente democrática, visando a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, bem como a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Assume ainda o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual continuado, na perspectiva da competência profissional que ultrapassa as exigências burocráticas e administrativas que necessitam ser cumpridas “obedecendo a formas de ação pré-traçadas, que devem ser apenas executadas com eficácia.” (IAMAMOTO, 2009, p. 2). Frente ao exposto, a sua atuação deve estar pautada em uma “competência crítica capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática” (IAMAMOTO, 2009, p. 2).

Um importante e necessário instrumento para a atuação qualificada do Serviço Social no desvendamento da realidade é a pesquisa, pois, é por meio dela que, segundo Iamamoto (2015), se torna possível conhecer e explicar a vida social, por meio da decodificação das múltiplas formas de desigualdades sociais e dos processos de exclusão delas decorrentes, para que assim se possa vislumbrar possibilidades de intervenção exequíveis. A autora expõe que:

[...] a apropriação do acervo teórico-metodológico legado pelas ciências sociais e humanas e pela teoria social crítica, como pressuposto para iluminar a leitura da realidade, afigura-se como requisito indispensável, mas insuficiente. A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas informando a elaboração de propostas de trabalho que sejam factíveis, isto é, capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas. Em outros termos, o domínio teórico metodológico só se atualiza e adquire eficácia quando aliado à pesquisa da realidade, isto é, dos fenômenos históricos particulares que são objetos do conhecimento e da ação do assistente social. (IAMAMOTO, 2015, p. 273).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social que veio sendo construído coletivamente ao longo dos anos, é tido como uma “renovada semente de esperança na luta contra todas as formas de exploração e opressão que intensificam a barbárie” (BOSCHETTI, 2017, p. 62), pois por estar ancorado nesses princípios que se posicionam a favor da classe trabalhadora, apontam para uma direção segura no enfrentamento dos desafios existentes no percurso.

Vale lembrar que o trabalho do/a assistente social não resolve instantaneamente as expressões da questão social, e que estes/as profissionais enfrentam desafios cotidianamente por conta das contradições entre as lutas da classe trabalhadora por seus direitos e as imposições do capital que mercantilizam os bens e serviços, colocando a profissão “no ‘fio da navalha’ dos antagonismos de classe” (BOSCHETTI, 2017, p. 64), atribuindo assim um imenso desafio ao cotidiano profissional. Nesse sentido,

colocar-se eticamente em defesa dos direitos da classe trabalhadora é uma postura ético-política e teórica essencial para assegurar a emancipação política, mas não assegura a igualdade substantiva e nem garante a satisfação das necessidades da classe trabalhadora. Essa tensão estrutural se agudiza em tempos de crise, de avanço do conservadorismo, de criminalização das lutas sociais, de destruição e retenção de direitos sociais, e impõe novos e também antigos desafios aos profissionais. Essa estrutural e histórica tensão impele os assistentes sociais a reconhecer e assumir que, contraditoriamente, o Estado social, ao conjugar direitos resultantes da luta de classes, possibilitou o alcance da emancipação política, mas não assegura a emancipação humana (BOSCHETTI, 2017, p. 64).

Mesmo enfrentando os diversos desafios, o projeto profissional do Serviço Social é fundamental no enfrentamento da questão social, e embora haja contradições que permeiam o exercício profissional do/a assistente social, o valor desse projeto se expressa quando, conforme Netto (2018, p. 19), se tornam visíveis e sensíveis no Brasil os resultados do projeto societário neoliberal, de “privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc.”, deixando evidente a atualidade e potente relevância do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente aos desafios atuais e vindouros. Isso porque, esse projeto:

[...] aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (NETTO, 2018, p. 19).

O projeto profissional do Serviço Social está vinculado a um projeto societário que, de acordo com Netto (2018), propõe a construção de uma nova ordem social, em que não haja exploração/dominação de classe, etnia e gênero, de modo que esta se volte à “defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

2 OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CREAS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste capítulo, são abordados os processos de trabalho do/a assistente social na sua condição de assalariado e inserido na divisão sociotécnica do trabalho, em especial, no contexto dos espaços sócio-ocupacionais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Também será apresentada uma breve contextualização histórica dos sujeitos em situação de rua, alguns processos de exclusão e a caracterização destes sujeitos.

2.1 Os processos de trabalho dos/as assistentes sociais no Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

Os processos de trabalho dos/as assistentes sociais se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação capitalista, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza (IAMAMOTO, 2015). Essas exigências não são idênticas em todos os contextos em que se desenvolve o trabalho do/a assistente social, entendendo-se que:

[...] não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado (IAMAMOTO, 2009, p. 33).

O/a assistente social inserido na divisão social e técnica do trabalho, participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, afirmando-se socialmente como “[...] um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada com organismos empregadores, estatais ou privados.” (IAMAMOTO, 2015, p. 96). Sendo que:

[...] suas condições de trabalho são atingidas pelas determinações da precarização imposta pela ordem do capital e se expressam na tensão entre o projeto ético-político e o estatuto de assalariamento, na dupla determinação

de seu trabalho – útil e abstrato –, na autonomia que é condicionada pelas lutas hegemônicas, ou seja, no dilema histórico entre causalidade e teleologia, entre as condições materiais e historicamente dadas para a realização de seu trabalho e a intencionalidade, o “pôr” teleológico de sua atividade (ALVES, 2015, p.195).

Nesse sentido, Iamamoto (2015) afirma que a condição de assalariamento que define como propriedade do/a assistente social somente a força de trabalho qualificada, impede-o de dispor de todos os meios e condições necessárias para a efetivação de seu trabalho, porque parte destes são fornecidos pelos empregadores. Somado ao aspecto da condição de assalariado do/a assistente social, os campos de atuação são “atravessados por tensões e interesses de classes” (IAMAMOTO, 2015, p. 98), e, essa tensão se expressa no:

[...] caráter contraditório das relações sociais que estruturam a sociedade burguesa. Nelas encontram-se presentes interesses sociais distintos e antagônicos, que se refratam no terreno institucional, definindo forças sociopolíticas em luta para construir hegemônias, definir consensos de classe e estabelecer formas de controle social a elas vinculadas (IAMAMOTO, 2015, p. 98).

Nesta direção, e por meio da mediação, entendida por Netto e Carvalho (2000) como uma categoria da práxis presente na prática do Serviço Social, que tem dimensões mais profundas e um caráter eminentemente político, é que os/as profissionais direcionam suas ações à direção social da profissão, visto que:

O movimento se realiza por mediações que fazem a passagem. A mediação exige o afastamento de oposições irreduzíveis e sem sínteses superadoras, o que não significa a negação e ausência das contradições; ao contrário, é preciso compreender que forças e relações contraditórias existem e coexistem no processo, na totalidade, produzindo o movimento (NETTO; CARVALHO, 2000, p. 52-53).

Para que haja movimento, “a força de trabalho exige meios ou instrumentos de trabalho e uma matéria-prima ou objeto de trabalho que sofrerá alterações mediante a ação transformadora do trabalho” (IAMAMOTO, 2015, p. 99), sendo que:

A matéria-prima do trabalho do assistente social (ou da equipe interprofissional em que se insere) encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, urbanização de favelas etc. -, tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais quotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos. Tais questões são abordadas pelo assistente social por meio de inúmeros recortes, que contribuem para delimitar “o campo” ou objeto do trabalho

profissional no âmbito da “questão social” (IAMAMOTO, 2015, p. 100).

Nessa perspectiva, Iamamoto (2015) afirma que para atuar sobre a questão social, portanto, a matéria prima do trabalho do/a assistente social, é necessário que se conheça a realidade, para que assim seja possível dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social, pois a partir disso se torna possível “explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações cotidianas.” (IAMAMOTO, 2015, p. 62). Para isso:

[...] é fundamental avançar no conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais: o estudo das classes sociais no Brasil e, em especial, das classes subalternas, em suas condições materiais e subjetivas, considerando as diferenças internas e aquelas decorrentes de relações estabelecidas com os distintos segmentos do capital e com os proprietários fundiários (IAMAMOTO, 2015, p. 101).

A autora aponta ainda que o trabalho do/a assistente social incide nas condições materiais e sociais da classe trabalhadora, interferindo “na reprodução da força de trabalho através dos serviços sociais previstos nos programas a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras” (IAMAMOTO, 2015, p. 67). Dessa forma:

[...] o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora [...]. O Serviço Social tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social. [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 67).

A autora trata a partir disso que o Serviço Social tem seus efeitos materiais, mas que para além desses, tem também efeitos na sociedade por incidir no campo do conhecimento, dos valores, comportamentos, da cultura, que têm efeitos reais ao interferir na vida dos sujeitos.

Assim, o produto das ações do/a assistente social é conduzido por meio de seus objetivos profissionais. Contudo, nem sempre essas ações se realizam de forma material e autônoma, ainda que tenham uma objetividade social. Nesse sentido, o produto do trabalho do/a assistente social se expressa sob a forma de serviços, de acesso aos direitos, organização e protagonismo dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, desburocratização dos serviços, produção de conhecimento, entre

outros.

As instituições empregadoras tendem a incidir na organização dos processos de trabalho do/a assistente social, o que implica em inúmeros desafios na ampliação do trabalho. Iamamoto (2015) conta que por dispor de uma relativa autonomia, o/a assistente social depende do Estado, da empresa e entidades não-governamentais, hoje denominadas Organizações da Sociedade Civil (OSC's)⁴, na viabilização do acesso aos seus serviços por parte dos usuários, assim como do fornecimento dos meios e recursos para que se realize esse trabalho, da mesma maneira que são as instituições que estabelecem as prioridades a serem cumpridas e interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. A autora diz ainda que:

Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza (IAMAMOTO, 2009, p. 5).

Com isso, entende-se que o profissional está subordinado às determinações institucionais para a operacionalização de seu trabalho e que suas respostas profissionais aos usuários dos serviços são, em alguns casos, previamente definidas pelas instituições empregadoras.

E, o setor público, segundo Iamamoto (2015), é o maior empregador de assistentes sociais e, uma das políticas públicas onde esse/a profissional atua é a Política de Assistência Social, instituída pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, operacionalizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, em seus níveis de proteção básica e especial. Para os limites deste trabalho, nosso lócus de pesquisa está direcionado para a proteção social especial, mais precisamente para os espaços sócio-ocupacionais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

⁴ A expressão Organização Não-Governamental (ONG) passa a ser substituída pela expressão Organizações da Sociedade Civil (OSC), segundo o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei nº 13.019/2014.

Considerando a trajetória de estágio da pesquisadora, no período de abril a dezembro do ano de 2019, apreendeu-se que a matéria-prima do trabalho do/a assistente social no CREAS se revela através das situações de risco pessoal ou social por violação de direitos, vivenciadas pelos usuários dos serviços como casos de violência física, psicológica e/ou sexual, negligência, situação de abandono, trabalho infantil, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tráfico de pessoas, pessoas em situação de rua, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça e etnia, afastamento do convívio familiar, entre outros.

Os instrumentais de trabalho utilizados pelos/as profissionais no atendimento aos usuários dos serviços são: entrevista (LEWGOY; SILVEIRA, 2007) e registros de atendimento ou prontuários, que em conjunto, ou separadamente, são instrumentos de grande importância na intervenção profissional, visto que é por meio do uso deles que se torna possível coletar dados e entender as situações para que se possa, a partir daí, planejar as ações interventivas; a visita domiciliar (AMARO, 2007) também é um instrumento significativo, que pode ser utilizada em situações diversas como busca ativa, acompanhamento, convites, desligamentos dos serviços etc.; os encaminhamentos são utilizados se constatada a necessidade de atendimento do/a usuário/a por outro/a serviço e/ou política, entre outros.

Como produto, a atuação do/a assistente social no CREAS pode viabilizar por meio dos serviços ofertados e de suas atribuições e competências, o fortalecimento dos vínculos institucionais, familiares e comunitários; o conhecimento acerca dos direitos dos/as usuários/as e as formas de acessá-los; a viabilização do acesso aos serviços e aos benefícios, a promoção da autonomia dos sujeitos por meio de atendimento digno e que possibilite a esse se expressar e realizar escolhas, a inclusão social por meio da inserção em projetos e/ou grupos, entre outros.

Em relação aos desafios presentes nos processos de trabalho no âmbito do CREAS, observados durante o período de realização do Estágio Obrigatório da pesquisadora, pode-se destacar alguns: as precárias condições estruturais de trabalho e a parcialidade da composição das equipes técnicas que incidem diretamente no atendimento aos usuários, uma vez que é um direito destes terem as suas demandas atendidas de forma integral, em condições que permitam um atendimento apropriado, com as condições sigilosas necessárias, e que possibilite a viabilização do acesso aos direitos.

Outro desafio enfrentado pelos/as profissionais são os limites da instituição no

que se refere as condições objetivas de trabalho. Boschetti (2017, p. 67) diz que por mais que os/as profissionais se dediquem ao exercício de suas atribuições e competências “o resultado de seu trabalho estará sempre determinado, por um lado, pela própria condição da política social, e por outro, pela sua condição de trabalhador inserido na divisão sociotécnica do trabalho.” Dessa forma, deve-se considerar também que:

o Estado brasileiro tem papel central na reprodução da questão social, através de uma política econômica que privilegia uma minoria e de políticas sociais – forma de política pública – regressivas, no que se refere ao financiamento, aos benefícios e serviços, o que historicamente não vem contribuindo para a redução das desigualdades sociais (VASCONCELOS, 2018, p. 14).

Frente ao exposto, entende-se que a forma que as políticas sociais estão estruturadas, contribuem para que não haja a redução significativa das desigualdades, pois, pelo fato de os profissionais estarem atrelados aos condicionantes políticos e institucionais que limitam suas escolhas, pressupõe-se que:

Se por um lado, a atenção prestada pelos assistentes sociais, em grande parte, permite aos usuários sentirem-se respeitados, apoiados, contando no interior das instituições com um lugar para aliviar suas tensões, em longo prazo estas ações, como um fim em si mesmo, acabam por contribuir para que os mesmos sejam impedidos de utilizar estes espaços na sua mobilização, organização e acesso a informações necessárias para preservar, ampliar e realizar seus direitos (VASCONCELOS, 2018, p. 12).

Essa situação exposta por Vasconcelos (2018) permite refletir sobre a burocratização e a precarização dos serviços que, se contarem com mais dificuldades que possibilidades de acesso, provocarão aos usuários das políticas a ideia de que os serviços governamentais não funcionam, abrindo espaço para a desresponsabilização do Estado no atendimento às necessidades básicas da população.

Já em relação às possibilidades de atuação profissional, o trabalho do/a assistente social no CREAS articulado a rede de proteção, é um instrumento essencial na viabilização do atendimento às demandas dos usuários/as, embora haja diversos desafios presentes no cotidiano profissional.

Dessa forma, faz-se necessário que o/a assistente social, orientado pelo Projeto Ético-Político utilize de sua “relativa autonomia profissional” (IAMAMOTO, 2015) para minimizar os efeitos das tensões que atravessam o ambiente institucional,

reunindo forças por meio do apoio da rede de proteção e de instâncias superiores às políticas públicas como o Ministério Público, o Poder Judiciário, os Conselhos Tutelares, entre outras Organizações de Defesa de Direitos, visando sempre o atendimento das demandas da classe trabalhadora por meio do acesso aos direitos.

2.2 A população em situação de rua

O intenso processo de urbanização brasileiro resultou na falta de alternativas habitacionais devido a junção de alguns fatores, tais como a baixa renda das famílias, a apropriação especulativa das terras urbanizadas e a inadequação das políticas de habitação, que levaram parcelas significativas da população a viver em assentamentos precários e informais (BRASIL, 2009c).

Um estudo realizado sobre os Meninos e Meninas de Rua no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 (NETO; SOUZA; ASSIS, 1993), demonstra que em algumas regiões do país o êxodo rural assumia papel importante na explicação do aumento da pobreza e da miséria nas regiões pesquisadas, mas que em outras:

[...] a existência e o crescimento do fenômeno dos meninos de rua têm de ser explicados mais pelas relações sociais de produção que pela incursão no urbano de famílias de origem rural. Vítimas de um processo de exclusão, essas famílias não encontram, nem no campo nem na cidade, as condições mínimas de trabalho, de moradia e de reprodução (NETO; SOUZA; ASSIS, 1993, p. 69-70).

A inexistência de políticas habitacionais na época, trouxe consequências ao processo de urbanização, que derivou problemas presentes na sociedade brasileira até os dias atuais, como a grande concentração de famílias vivendo em periferias e favelas. O estudo supracitado revelou na época que a moradia dessas famílias, em geral, “se situavam em bairros pobres afastados dos centros das cidades, carentes de saneamento e transporte” (NETO; SOUZA; ASSIS, 1993, p. 76), sendo que as casas se localizavam em favelas, “grilos” e morros, não contando, em alguns casos, com energia elétrica ou água encanada, possuindo valas a céu aberto passando próximo às casas.

As famílias que não acessavam este tipo de moradia, eram relegadas e levadas a residirem sob as marquises de prédios, viadutos e ocupações de escolas abandonadas, uma vez que os domicílios improvisados eram construídos com

papelão ou plástico, contando com um único cômodo para abrigar toda a família.

Este estudo informou ainda que naquela época havia poucos trabalhos que analisavam as condições de moradia dessas famílias, e, geralmente, as crianças eram os sujeitos pesquisados. Essa atenção voltada para essas crianças em situação de rua deu origem ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) que:

[...] surge a partir da década de 80, do século XX, idealizado por um grupo de educadores, políticos, ativistas e religiosos que defendem os direitos das crianças e dos adolescentes marginalizados, vítimas de violência de todo tipo: física, psíquica e moral. Tal condição opressora é histórica, que se inicia mesmo quando do aparecimento da figura do menor abandonado, menor enjeitado, ainda na época do Brasil colônia, e se estende até o século XVIII, com o aparecimento da figura do menor marginalizado até os dias atuais, com os/as meninos/as de rua e meninos/as na rua (PEREIRA, 2011, p. 126).

Uma das características da realidade desses meninos e meninas de rua é a exclusão social “que privilegia com equipamentos urbanos e direitos, apenas uma parcela da população’. À outra parcela, imensamente maior do que a primeira, só lhe cabe a sofrida luta pela sobrevivência.” (PRADO; GOMES, 1990, p. 97 apud MINAYO, 1990, p. 288-9).

Na contemporaneidade a população em situação de rua é partícipe desse processo de exclusão social. Recentemente, segundo o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estes sujeitos são caracterizados como:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, paginação irregular).

No período entre 2007 e 2008, foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b), em resposta às demandas dos movimentos sociais, associações e Organizações da Sociedade Civil (OSC's) que atuavam com essa população.

A pesquisa foi realizada em 71 cidades brasileiras, sendo 48 delas com população superior à 300 mil habitantes, e 23 capitais, portanto, somente em

municípios de médio e grande porte.

A partir dos dados levantados constatou-se que 31,9 mil pessoas, maiores de dezoito anos, estavam em situação de rua, no período de 2007 e 2008. A pesquisa revelou ainda que 82% do total de pessoas pesquisadas eram homens e 67% deles, negros, dado que já se observava na pesquisa sobre meninos e meninas de rua nas décadas de 1970 e 1980 (MINAYO, 1993) que, em relação a cor 83% das famílias pesquisadas eram negras ou descendentes da etnia, mantendo-se predominantemente essa cor nas diferentes regiões em que a pesquisa foi realizada.

No que diz respeito à alimentação, 76,6% dos entrevistados conseguiam fazer apenas uma refeição ao dia e 19% não conseguiam se alimentar todos os dias (nem uma refeição diária), sendo que os indivíduos que pediam dinheiro para sobreviver se destacavam quanto a não conseguirem a garantia de ao menos uma refeição diária, enquanto os que tinha níveis mais elevados de renda, conseguiam garantir essa refeição.

Quanto as questões de higiene, 32,6% dos entrevistados utilizavam a rua para tomar banho, 31,4% os albergues e abrigos, 14,2% usavam banheiros públicos e, 5,2% a casa de parentes e/ou amigos. Já em relação aos locais para fazer suas necessidades fisiológicas, 32,5% utilizavam a rua, 25,2% os albergues e abrigos, 21,3% os banheiros públicos, 9,4% usavam estabelecimentos comerciais e 2,7% a casa de parentes e amigos.

No que concerne à saúde, 30% dos entrevistados relataram ter algum problema de saúde, e, os mais citados foram: 10,1 % hipertensão, 6,1% problema psiquiátrico/mental, 5,4% diabetes e 5,1% HIV/AIDS. Do total de entrevistados, 18,7% faziam uso de algum medicamento e, desse total, 48,6% acessavam esses medicamentos pelos postos e centros de saúde.

Quanto a posse de documentação, 24,8% não possuíam nenhum documento de identificação, 42,2% possuíam o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), 39,7% Carteira de Trabalho, 37,9% Certidão de Nascimento ou Casamento ou o Título Eleitoral e 58,9% possuíam carteira de identidade.

No que tange à renda, 70,9% dos entrevistados exerciam alguma atividade remunerada, e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Os dados mostraram que grande parte dessas pessoas tinham como fonte de renda atividades informais como: catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, trabalhadores da construção civil e limpeza, carregadores e estivadores. Vale destacar que os pedintes de dinheiro

constituíam uma minoria, representada por 15,7% do total de entrevistados.

Os resultados apontados pela pesquisa com relação aos motivos pelos quais os pesquisados passaram a viver nas ruas foi de 35,5% por uso de álcool e/ou outras drogas; 29,8% por perda de emprego e, 29,1% por conflitos familiares. Quanto ao acesso à programas governamentais, quase 90% afirmaram não receber qualquer benefício social, enquanto 3% recebiam aposentadoria, 2% Programa Bolsa Família e 1% recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Dos entrevistados, um total de 45,8% eram originários do próprio município, e 30,3% originários de outro município dentro do mesmo estado e relativamente próximos ao que se encontravam no momento da realização da pesquisa, resultando assim num total de 76,1% de originárias do mesmo local ou de locais próximos, sendo que dos indivíduos de outros municípios, 71,9% eram originários de áreas urbanas.

Para além das pessoas que possuem maior permanência nas cidades, a pesquisa registrou também a presença de 11,9% de “trecheiros” nas cidades, que são pessoas que se deslocam temporariamente entre municípios, percorrendo uma grande quantidade de cidades e estados. Como motivos apontados para a mudança de cidades, 45,3% relataram a busca por oportunidades de trabalho e 18,4% conflitos intrafamiliares.

Esse Censo e Pesquisa, são os únicos documentos que abarcam a nível nacional a contagem e caracterização da população em situação de rua, proporcionando visibilidade a esta e permitindo conhecer sua realidade no país, assim como os perfis, as condições de vida, os direitos, entre outros fatores. Os dados nacionais mais recentes sobre a população em situação de rua foram disponibilizados por meio de Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base em uma estimativa feita entre setembro de 2012 a março de 2020⁵.

O levantamento foi realizado por meio de compilação dos dados oficiais de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)⁶, componente do Censo SUAS, junto a estruturação de Registros Mensais de Atendimento Socioassistencial (RMAs) e a ampliação da

⁵ Nota técnica disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812 Acesso em: 17 out. 2020.

⁶ O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização de famílias de baixa renda. Ele identifica 15 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), estando a população em situação de rua agregada ao grupo de situações conjunturais (BRASIL, 2014).

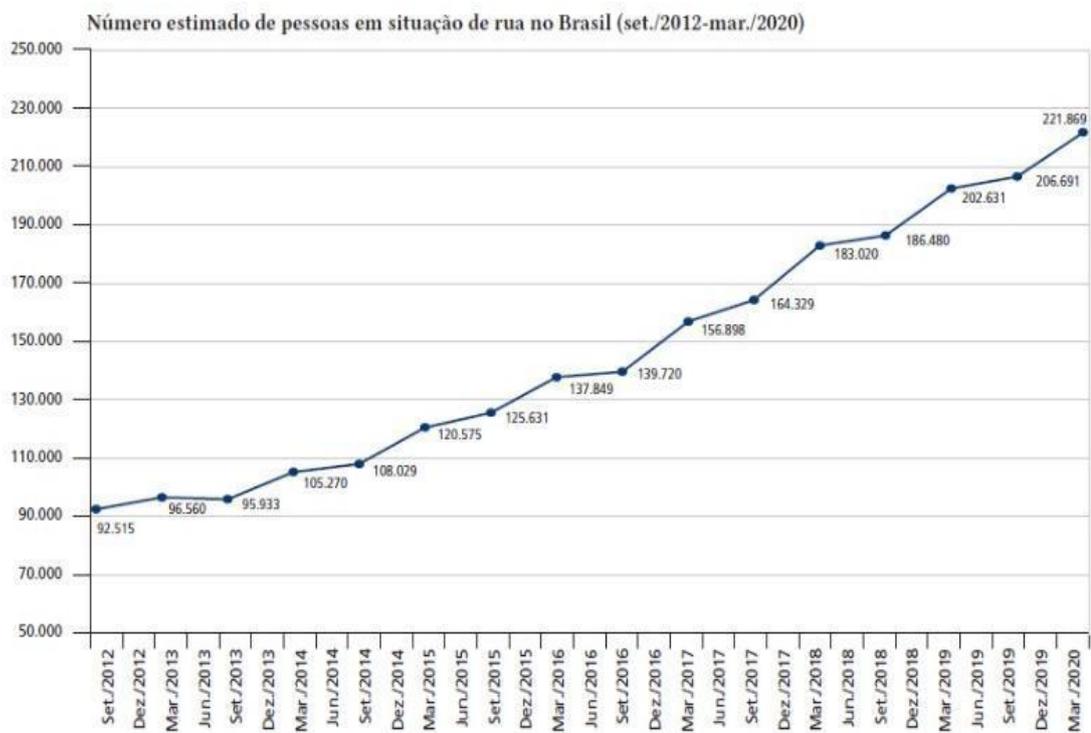
série histórica de dados oficialmente reportados pelos municípios, anualmente, ao Ministério da Cidadania (IPEA, 2020, p. 7).

Os municípios analisados contêm 84% da população total brasileira (IPEA, 2020, p. 8), de forma que essa se constitui como a primeira pesquisa a nível nacional que inclui na contagem de pessoas em situação de rua, os municípios de pequeno porte. Vale destacar que “há uma tendência a subestimação do fenômeno” (IPEA, 2020), considerando o fato de que a contagem dessa população se dá de forma mais complexa que a de pessoas domiciliadas.

O estudo aponta que em março de 2020 o número de pessoas em situação de rua era de 221.869, e considera que o período de averiguação da evolução do fenômeno, sendo um momento de calamidade pública, é uma importante linha de base.

O gráfico 1 apresenta o número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil:

Gráfico 1 – Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil (set./2012-mar./2020)



Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

No gráfico acima, observa-se que no período analisado houve um aumento

de quase 140% do total de pessoas em situação de rua em relação à 2012.

Ainda não existem dados concretos em plano nacional sobre as causas do aumento do número de pessoas em situação de rua, mas de acordo com os dados do IPEA (2020), os motivos podem estar fortemente relacionados à crise econômica e ao desemprego.

O gráfico indica ainda a possibilidade, a partir de análises preliminares de dados diários do Cadastro Único, de já se observar algum efeito da pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2)⁷ nos últimos dados disponíveis em março. No gráfico que apresenta a análise semestral desse número para além do crescimento registrado ao longo dos anos, se destaca a aceleração recente desse aumento.

São apresentados no quadro 1 os resultados por região a partir de 2012:

Quadro 1 – População em situação de rua por região (set./2012-mar./2020)

População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020)						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
Set./2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Mar./2013	3.280	16.972	50.779	16.632	8.896	96.560
Set./2013	3.300	17.152	50.374	16.215	8.892	95.933
Mar./2014	3.573	17.755	56.640	17.645	9.657	105.270
Set./2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar./2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Set./2015	4.178	26.767	64.049	19.708	10.929	125.631
Mar./2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Set./2016	4.729	27.592	75.240	22.294	9.865	139.720
Mar./2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Set./2017	5.901	25.917	91.652	28.574	12.285	164.329
Mar./2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Set./2018	8.247	30.490	99.473	33.684	14.586	186.480
Mar./2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Set./2019	7.706	35.396	117.248	31.763	14.577	206.691
Mar./2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

No quadro 1, é possível observar que a região sudeste segue concentrando a maior parcela de pessoas em situação de rua, congregando mais da metade do total dessa população. Pode-se identificar também o crescimento significativo na região

⁷ Segundo o Ministério da Saúde, o Coronavírus (SARS-CoV-2), é o vírus causador da COVID-19, foi identificado em dezembro de 2019, e é uma doença que apresenta um espectro clínico variável de infecções assintomáticas a quadros graves. O contágio disseminou-se mundialmente, tendo no Brasil, atingido em março de 2021 um total de 11.051.665 casos confirmados, sendo que desse total 266.398 pessoas faleceram em decorrência da doença.

sul, que fica atrás apenas da região norte e sudeste, sendo a terceira região com mais pessoas em situação de rua no Brasil.

Quadro 2 – População em situação de rua por porte populacional e nas capitais (set./2012-mar./2020)

População em situação de rua por porte populacional e nas capitais (set./2012-mar./2020)						
	PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓPOLE	TOTAL
Set./2012	5.140	8.590	6.258	37.673	34.854	92.515
Mar./2013	5.115	8.619	6.407	38.471	37.948	96.560
Set./2013	4.992	8.522	6.393	38.019	38.006	95.933
Mar./2014	5.295	8.734	7.471	42.939	40.831	105.270
Set./2014	5.498	8.788	8.209	45.463	40.072	108.029
Mar./2015	6.016	9.112	9.160	49.082	47.206	120.575
Set./2015	6.436	9.254	9.721	50.202	50.018	125.631
Mar./2016	6.782	9.794	9.990	55.321	55.963	137.849
Set./2016	6.991	10.044	9.835	56.791	56.060	139.720
Mar./2017	7.270	10.954	11.737	63.854	63.082	156.898
Set./2017	7.241	11.341	12.950	67.065	65.733	164.329
Mar./2018	8.421	12.336	12.955	73.446	75.861	183.020
Set./2018	8.993	12.339	11.769	73.871	79.507	186.480
Mar./2019	9.373	13.965	13.618	80.784	84.890	202.631
Set./2019	9.121	14.547	14.301	82.828	85.893	206.691
Mar./2020	9.905	15.723	15.435	88.565	92.241	221.869
Taxa de crescimento (set./2012-mar./2020)	93%	83%	147%	135%	165%	140%

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Obs.: Portes populacionais – pequeno I, até 20 mil habitantes; pequeno II, entre 20 e 50 mil habitantes; médio, entre 50 e 100 mil habitantes; grande, entre 100 e 900 mil habitantes; e metrópole, 900 mil habitantes ou mais.

Os dados sobre as pessoas em situação de rua por porte populacional, a partir da literatura oficial, demonstram que o fenômeno se concentra nos grandes municípios e nas metrópoles, tendo esses também as maiores taxas de crescimento. Contudo, a soma do número de pessoas em situação de rua nos municípios de pequeno porte I e II em março de 2020, representa 11,55% do total desta população no país, o que denota a necessidade de serem pensadas políticas públicas adequadas a esses territórios. É fundamental atentar-se para esses municípios, que são correspondentes à realidade do Vale do Ivaí. Nestes, a população em situação de rua cresceu no período de setembro de 2012 a março de 2020, 93% e 83% respectivamente, o que demonstra a necessidade de conhecer quais políticas públicas essa população tem tido acesso, quais serviços têm acessado e em que medida seus direitos têm sido garantidos.

Em nível estadual, o Decreto nº 2.405 de 15 de setembro de 2015, instituiu o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua no Estado do Paraná (CIAMP-Rua/PR), lotado na

Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU). Esse instrumento conta com uma gestão intersetorial de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento e monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua que “tem por atribuição acompanhar e monitorar as políticas públicas voltadas a esta população, bem como propor mecanismos e instrumentos para avançar nas políticas públicas em defesa dos direitos humanos para estas pessoas.” (PARANÁ, 2018).

Dessa forma, o comitê busca colaborar para que todas as pessoas que se encontram em situação de rua possam ter acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, assim como à rede das demais políticas públicas e ao Sistema de Justiça, em casos de violações de direitos (PARANÁ, 2018).

Segundo o Governo do Estado do Paraná, as políticas estaduais voltadas para o atendimento da população em situação de rua executadas por instituições e entidades que compõem o comitê são: a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania Direitos Humanos (SEJU); Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS); Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP); Secretaria de Estado da Educação (SEED) Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Paraná (MNPR); Instituto Nacional da População em Situação de Rua (INRUA); Fraternidade Toca de Assis; Casa de Acolhida São José e a Pastoral do Povo da Rua.

No estado, a política de assistência social contava em 2018 com 918 equipamentos/serviços de atendimento à população em situação de rua, como mostra o quadro 3.

Quadro 3 – Equipamentos/unidades e serviços socioassistenciais de atendimento para a população em situação de rua no Estado do Paraná

Nome do equipamento e/ou serviço	Total no Paraná	
	Unidades / Serviços	Presença nos Municípios
Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	569	399
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	182	158
Centro Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua - Centro Pop	20	20
Serviço Especializado em Abordagem Social	93	85
Unidades de Acolhimento para Adultos e Famílias, para Pessoas em Situação de Rua	51	28
República para Pessoas em Situação de Rua	03	02
Total Geral	918	-

Fonte: CadSUAS/MDS, acessado em 04.07.2018 e Censo SUAS CREAS 2017/MDS

O Paraná é composto por 399 municípios, e contava, de acordo com os dados do quadro acima, com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁸ presente em sua totalidade, porém, menos da metade de seus municípios possuíam a instalação de unidades e serviços dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo estes responsáveis pelos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, dirigente do atendimento à população em situação de rua nos municípios que não contam com a instalação do Centro de Atendimento Especializado para a População em Situação de Rua (Centro-POP).

Os municípios que mais concentram pessoas em situação de rua no Estado do Paraná, são, segundo dados do Governo do Estado obtidos a partir dos registros do CadSUAS/MDS (PARANÁ, 2018): Almirante Tamandaré, Apucarana⁹, Arapongas, Araucária, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ibiporã, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, Rolândia, Santo Antônio da Platina, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama.

⁸ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável pela Proteção Social Básica (PSB), tendo como usuários os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

⁹ Apucarana está localizada no território do Vale do Ivaí, sendo o maior município da região com população estimada de 136.234 pessoas em 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No que diz respeito aos direitos da população em situação de rua, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre essa população, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009b) é uma das conquistas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), o qual surge para “enfrentar os riscos na rua. [...] para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos [...] para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana.” (BRASIL, 2010).

Outra conquista do movimento é o Decreto Federal nº 7053 de 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua (CIAMP-Rua). Sendo que:

A PNPR garante os processos de participação e controle social e possui entre seus princípios, além da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2018, paginação irregular).

É inegável que nos últimos anos houve avanços no que tange aos direitos da população em situação de rua, mas também que muito ainda precisa ser feito. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) é instrumento chave para que esta população tenha a possibilidade de ter garantidos os seus direitos sociais, políticos e civis e para que a sociedade caminhe na direção do conhecimento, respeito e compreensão do fenômeno do qual é originária essa população.

Diante disso, questões estão postas: embora as pesquisas sobre o tema apontam para a concentração do fenômeno da população em situação de rua para os municípios de grande porte e metrópoles, como este fenômeno se apresenta em municípios de pequeno porte, em especial na Região do Vale do Ivaí? Considerando os processos de trabalho do/a assistente social junto a população em situação de rua, como tem se dado a materialização do Projeto Ético-Político profissional?

Na sequência deste trabalho de conclusão de curso, será apresentado o processo de organização da pesquisa, desde sua natureza, abordagem, universo e sujeitos pesquisados, instrumentos utilizados para a coleta de dados, assim como o modelo de análise utilizado e suas etapas.

3 METODOLOGIA

A construção desse Trabalho de Conclusão de Curso se deu por meio da articulação entre os processos de trabalho do Serviço Social nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social junto à população em situação de rua, e o debate sobre a materialização do Projeto Ético-Político, neste contexto.

Observada a inexistência de dados referentes a esta população nos municípios de pequeno porte da Região do Vale do Ivaí, constata-se, de uma maneira geral no Brasil, que as pesquisas e a literatura especializada no tema, têm se voltado para o contexto dos municípios de grande porte ou metrópoles. Somado a isto, considerando as produções teóricas no âmbito do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, no período de 2014 a 2019, não há trabalhos que abordem o tema da população em situação de rua, no contexto da Região do Vale do Ivaí. Desta forma, levantou-se como problema de pesquisa que busca analisar como se materializa o Projeto Ético-Político profissional do/a assistente social em seus processos de trabalho no atendimento à população em situação de rua nos CREAS dos municípios de pequeno porte I e II, na Região do Vale do Ivaí.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) levantados em pesquisa divulgada no ano de 2007, o território do Vale do Ivaí é constituído por 25 municípios que reuniam 309.021 pessoas, o que representava na época, 3% da população estadual. Com exceção dos municípios de Apucarana e Ivaiporã, que contavam com população de 115,3 e 31,3 mil pessoas, respectivamente, os demais municípios da região tinham população inferior a 20 mil habitantes. Este dado reitera a necessidade da realização da presente pesquisa, visto que o território de realização da mesma se constitui majoritariamente por municípios de pequeno porte.

A pesquisa é de natureza qualitativa, a qual tem como escopo “evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado” (MARTINELLI, 1999, p. 23-24), não se resumindo apenas a visão do pesquisador em relação ao problema. A sua abordagem é exploratória e tem por objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

A escolha do ambiente da pesquisa se deu no âmbito do CREAS, que é

equipamento da Proteção Social Especial (PSE) e responsável pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que nos municípios de menor presença desta população e que não comportam o Centro-POP, respondem com serviço especializado às demandas da população em situação de rua, uma vez que esta orientação está expressa no Guia de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua.

A escolha dos participantes da pesquisa se deu pelo critério de intencionalidade, de forma que “[...] os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes [...]” (GIL, 2002, p. 145). Foram assim selecionadas as assistentes sociais atuantes nos CREAS, uma vez que essas profissionais realizam o atendimento à população em situação de rua na instituição. Portanto, em um primeiro momento realizou-se contato prévio com as profissionais via e-mail e do total de onze assistentes sociais convidadas, dez aceitaram participar da pesquisa, tendo as participantes ciência e concordância da pesquisa por meio da aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), enviado por e-mail. Das dez profissionais que aceitaram participar da pesquisa, oito delas responderam o questionário, todas dos municípios de pequeno porte I e II na região do Vale do Ivaí.

Para a obtenção da relação de municípios que contam com a instalação do equipamento, considerou-se a orientação da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), onde, por contato prévio, por meio do Escritório Regional de Ivaiporã, foi fornecida a lista e contatos dos 10 municípios que contam com a instalação do CREAS na Região do Vale do Ivaí, sendo eles: Cândido de Abreu, Godoy Moreira, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Devido ao atual contexto de pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), ficaram impossibilitados outros tipos de aproximação com a realidade estudada, sendo essa possível somente por meio do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Dessa forma, a realização do estudo se deu com base em coleta de dados por meio da aplicação de questionário, que é caracterizado como “[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores [...]” (GIL, 2008,

p. 121), tendo este sido aplicado via e-mail para as assistentes sociais participantes da pesquisa.

Quanto ao retorno dos questionários, do total de nove enviados, retornaram sete; sendo que dos dois faltantes, um não foi possível ser preenchido dentro do prazo, por conta do grande volume de trabalho no período de preenchimento deste, conforme referido pela assistente social responsável; e o outro não retornou devido a à perda de contato com a assistente social, uma vez que não houve retorno aos e-mails enviados e nem localização da profissional por meio de contato telefônico com a instituição. Dessa forma, para a construção dos dois próximos capítulos, serão analisados sete questionários. Do total de oito profissionais participantes, duas delas responderam um único questionário pelo fato de trabalharem na mesma instituição.

A organização do questionário se deu por três blocos. O primeiro, referente aos processos de trabalho do/a assistente social, contendo três questões; o segundo, referente às condições de vida da população em situação de rua, contendo oito questões, sendo ambos compostos por questões objetivas de múltipla escolha. O terceiro e último bloco, referente ao Projeto Ético-Político profissional, contendo cinco questões dissertativas, conferindo ao questionário um total de dezesseis questões. O mesmo encontra-se junto aos apêndices do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

A análise de dados se deu com base na análise de conteúdo de Bardin (1977), que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, tendo como intenção da análise de conteúdo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens, recorrendo a indicadores, quantitativos ou não.

As etapas de análise estão organizadas em três etapas, quais são, segundo Bardin (1977b): (1) pré-análise, que se trata da fase de organização, tendo por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais; (2) a exploração do material, que é a fase de análise propriamente dita, que consiste em operações de codificação, desconto ou enumeração dos dados por meio de regras previamente formuladas; e (3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, onde os resultados brutos serão tratados de modo a serem significativos e válidos. A partir disso, os dois próximos capítulos se centrarão na relação entre a metodologia de análise, portanto a “realidade pensada” com o contexto dos processos de trabalho do/a assistente social junto à

população em situação de rua, ou seja, a “realidade vivida”.

4 OS PROCESSOS DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA REALIDADE DO VALE DO IVAÍ

Neste capítulo, discute-se a realidade dos processos de trabalho das assistentes sociais dos CREAS na Região do Vale do Ivaí no atendimento à população em situação de rua, e algumas características dessa população neste território, correlacionando-a com a teoria apresentada, aferindo suas congruências e/ou contradições.

4.1 Os processos de trabalho do/a assistente social junto a população em situação de rua

Estando o/a assistente social inserido/a na divisão social e técnica do trabalho, como trabalhador/a assalariado/a, este/a sofre com a precarização de suas condições de trabalho impostas pelo capitalismo e devido aos interesses sociais distintos que integram o ambiente institucional, uma vez que estes espaços contam com contradições institucionais que refletem no trabalho dos/as profissionais, assim como no acesso aos serviços por parte dos/as usuários/as.

A partir da análise de dados, foi possível verificar que no que se refere aos vínculos de trabalho das assistentes sociais pesquisadas, estas são, em sua maioria, profissionais estatutárias (seis profissionais), sendo uma pequena parcela contratada por cargo comissionado e Processo Seletivo Simplificado (PSS) (duas profissionais).

A realidade dos vínculos de trabalho dos/as assistentes sociais nos fazem refletir sobre a importância das formas de contratação dos/as assistentes sociais. É fundamental que tais contratações se deem por regime estatutário, pois este tenciona para as os direitos trabalhistas necessários a qualquer trabalhador assalariado, e que permitem ter estabilidade e segurança no trabalho, assim como dar continuidade ao trabalho realizado nas instituições em que está inserido/a, embora os direitos encontram-se ameaçados e outros em disputa pela Reforma Trabalhista promulgada (Lei nº 13.467, de julho de 2017) e pela Reforma Administrativa em curso (PEC 32/2020).

As formas de contratação temporárias são instáveis e conferem aos/as profissionais um estado de incerteza e insegurança na atuação, o que reflete também em sua relativa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2015). Como se visualiza na fala

de uma das profissionais contratadas por vínculo temporário:

[...] compreendendo a fragilidade do vínculo ao qual estou ligada a instituição, mantenho postura e solicitação de adequação da composição do quadro técnico com profissionais efetivos, com vistas ao fortalecimento dos embates institucionais e vínculo permanente e/ou estendido com os usuários (PARTICIPANTE 6).

O relato dessa assistente social permite refletir ainda, quanto a problemática desses tipos de contratação no que se refere a temporalidade delas, que incidem também nos vínculos criados entre os profissionais e os/as usuários/as atendidos/as, uma vez que os/as assistentes sociais lidam com situações do cotidiano desses indivíduos, que envolvem ações, pensamentos e sentimentos, como afirma lamamoto (2015), exigindo a necessidade de vínculos fortalecidos, o que permite também conhecer a população atendida, sendo que é por meio desse conhecimento que o/a profissional guiará suas ações, com o escopo de alcançar as metas e objetivos definidos.

Na sequência do presente capítulo, serão apresentadas as principais demandas da população em situação de rua atendidas pelos CREAS do Vale do Ivaí, aos meios e instrumentos de trabalho utilizados pelas assistentes sociais no atendimento a esses sujeitos e quais direitos têm sido acessados por eles nesse território.

Como abordado anteriormente, não existe um único processo de trabalho do/a assistente social, mas sim processos de trabalho nos espaços em que esse profissional está inserido, sendo que no CREAS, esse trabalho se revela através do atendimento a situações de risco pessoal ou social por violação de direitos.

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), apresenta 5 seguranças afiançadas, sendo elas: (1) acolhida; (2) renda; (3) convívio ou vivência familiar, comunitária e social; (4) desenvolvimento de autonomia; e (5) apoio e auxílio. Para fins dessa análise, será abordada a última delas.

A segurança de apoio e auxílio tem a intenção de, sob riscos circunstanciais, ofertar auxílios em bens materiais ou em dinheiro, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos (BRASIL, 2012). Esses benefícios eventuais são “provisões suplementares ou provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e suas famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de

calamidade pública” (BRASIL, 2011, paginação irregular).

A PNAS assegura que, devido ao caráter de gestão descentralizada das ações do SUAS¹⁰, é possível que as gestões municipais flexibilizem quais equipamentos, projetos, programas e benefícios irão compor a rede de serviços socioassistenciais de suas localidades, a fim de melhor implementá-la. Dessa forma, os municípios analisados no presente Trabalho de Conclusão de Curso contam com benefícios eventuais diferentes, dadas as características e particularidades de cada território.

Os benefícios eventuais mais demandados pela população em situação de rua na Região do Vale do Ivaí são os de vulnerabilidade temporária, como alimentação, itens básicos de higiene, local para banho, cobertores, roupas e transporte.

Esses são, segundo o documento de Orientações Técnicas dos Benefícios Eventuais no SUAS (BRASIL, 2018b), benefícios de vulnerabilidade momentânea, sem longa duração, resultante de fato ou situação inesperada que afeta a vida cotidiana dos indivíduos e de suas famílias, passando a necessitar de uma ação imediata do Poder Público para o reestabelecimento dessas necessidades materiais. Em suma, os benefícios eventuais objetivam enfrentar contingências sociais, têm caráter transitório, e visam responder as necessidades imediatas, decorrentes de situações adversas que fogem do controle dos indivíduos que as vivenciam.

Para além dos benefícios eventuais, há também a solicitação de busca por familiares, que deve ser realizada a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que objetiva preservar e fortalecer os vínculos familiares, assim como função protetiva das famílias, buscando assegurar ao indivíduo o convívio familiar, comunitário e social (BRASIL, 2013). Para além desses, aparecem também em menor número a demanda de transferência de renda, local para dormir e encaminhamentos para a saúde mental.

Iamamoto (2015) relata que as questões relacionadas a pobreza, habitação popular, entre outras, serão abordadas pelo/a assistente social por meio de recortes, que vão auxiliar na delimitação do “campo” ou objeto do trabalho desse profissional

¹⁰ Segundo a PNAS (2004), a descentralização político-administrativa imputa à esfera federal a coordenação e as normas gerais e a coordenação e execução dos programas a esfera estadual e municipal, assim como entidades beneficentes e de assistência social, a fim de garantir comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando as diferenças e características socioterritoriais locais.

no contexto da questão social. Dessa forma, é a partir do registro e diagnóstico dessas demandas, que se torna possível que os/as assistentes sociais atuem sobre a realidade dos sujeitos em situação de rua, buscando atender as demandas identificadas.

Ainda sobre os processos de trabalho das assistentes sociais pesquisadas no Vale do Ivaí, os instrumentos de trabalho mais utilizados no atendimento à população em situação de rua são: a entrevista, a orientação, os encaminhamentos e a elaboração de documentação técnica.

Segundo Lewgoy e Silveira (2007), a entrevista constitui-se como instrumento de trabalho do Serviço Social desde o início da profissão, de modo que possibilita aos/às assistentes sociais tomar consciência das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos individuais e coletivos.

A orientação é compreendida, de acordo com Mito (2009), como uma ação de caráter socioeducativo, que interfere diretamente na vida dos indivíduos, grupos e famílias, podendo, se alinhadas ao Projeto Ético-Político:

[...] contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social (MIOTO, 2009, p. 3 apud LIMA, 2006, p. 137).

Esta é reconhecida também como uma competência profissional do/a assistente social, expressa na Lei que Regulamenta a Profissão (BRASIL, 1993, paginação irregular) nos incisos III e V do art. 4º, sendo eles “encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população” e “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.”, respectivamente.

Os encaminhamentos aparecem também com papel de destaque, pois se constatada a necessidade de atendimento do usuário em situação de rua por outro serviço ou política, faz-se uso desse instrumento para conduzi-lo ao serviço destinado.

A maioria dos encaminhamentos realizados pelas assistentes sociais dos CREAS no Vale do Ivaí são direcionados para o CRAS, e para a Unidade Básica de Saúde (UBS), o que aponta em certa medida para a promoção da universalização dos

direitos sociais, que objetiva tornar o destinatário da ação alcançável pelas demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

Outro meio de trabalho muito utilizado é a elaboração de documentação técnica, que permite a sistematização do trabalho profissional (ALMEIDA, 2018). No atendimento à população em situação de rua são usados com maior frequência os registros de atendimento, os relatórios de acompanhamento, seguidos de menor número de estudo e parecer social.

Com base nesses instrumentos de trabalho, é possível que o/a assistente social conheça e compreenda a realidade das pessoas em situação de rua, haja vista que é por meio desse conhecimento que serão estabelecidas as formas de melhor atender as demandas expressas pelos sujeitos, dentro de uma perspectiva de totalidade e integralidade que busque atender para além das demandas explícitas, também as latentes, que constituem as múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015).

No que diz respeito aos direitos acessados pela população em situação de rua, aqui entendidos como produtos do trabalho do/a assistente social, destacam-se o acesso aos benefícios eventuais, o fortalecimento de vínculos familiares e/ou institucionais, a inserção em programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim como demais programas e projetos municipais, e o acesso à saúde.

Isso demonstra que, como exposto por Iamamoto (2015), para além do acesso a produtos materiais como a renda e os benefícios eventuais que podem se materializar em pecúnia, alimentos, passagens de transporte rodoviário, segunda via de documentação, entre outras, o trabalho das assistentes sociais tem resultado também em produtos imateriais como: o fortalecimento dos vínculos institucionais, familiares e comunitários, a viabilização do acesso à saúde e a inserção em programas e projetos que, por meio da informação e orientação, visam proporcionar novos conhecimentos e compreensões que promoverão mudanças na vida dos sujeitos que vivenciam a situação de rua.

A partir da análise dos dados apresentados, no que se refere aos processos de trabalho das assistentes sociais dos CREAS no atendimento à população em situação de rua no Vale do Ivaí, constata-se que o trabalho dessas profissionais abrange significativamente o que trata a literatura oficial com relação a presença dos elementos objeto, meio e produto, em qualquer processo de trabalho do/a assistente

social, conforme Iamamoto (2015).

Essa constatação evidencia a presença de interesses sociais distintos e antagônicos (Iamamoto, 2015) nos espaços dos CREAS, reforçando a essencialidade dos meios e instrumentos de trabalho utilizados por essas profissionais para a realização de um trabalho profissional ético e comprometido com a garantia do acesso aos direitos e serviços sociais, assim como a importância dos produtos, materiais e imateriais, na vida dos usuários da Política de Assistência Social.

4.2 Caracterização da População em Situação de Rua no Vale do Ivaí

Durante os contatos iniciais com as assistentes sociais das instituições, quatro das profissionais relataram a não realização de atendimentos à população em situação de rua no equipamento do município em que atuavam. Três delas participaram da pesquisa, sendo que duas trabalhavam no mesmo equipamento e responderam o questionário em conjunto. Na identificação das falas das profissionais no presente capítulo e no seguinte, essas profissionais serão identificadas como Participante 4a e 4b ou Participantes 4 quando a fala tiver sido elaborada em conjunto por ambas as profissionais.

Mesmo esse expressivo número de profissionais relatando a inexistência de atendimentos a esse segmento, a realidade denota a necessidade de ter um olhar atento para a questão da população em situação de rua, no Vale do Ivaí. De acordo com os dados das demais participantes da pesquisa, sendo estas cinco profissionais dos CREAS que contam com registros de atendimento as pessoas em situação de rua, são realizados em média de 80 a 90 atendimentos a esses sujeitos, em um período de um ano. Ou seja, mais da metade dos municípios estudados, apresentam a demanda de atendimentos a população em situação de rua.

Como observado anteriormente, a população em situação de rua se trata de um grupo populacional de composição variada, que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou enfraquecidos e a ausência de moradia convencional regular e que devido a isso, utilizam de locais públicos ou degradados como espaço de moradia e sustento, temporário ou permanentemente, assim como instituições de acolhimento temporário ou moradia provisória.

A partir dos dados coletados no que se refere as características dessa população no Vale do Ivaí, observou-se que o gênero majoritariamente atendido pelos

CREAS foi o masculino, representando a totalidade dos questionários analisados. Enquanto a raça/cor majoritariamente atendida foi a de pessoas pardas, seguida de pessoas pretas, e de uma minoria branca. Esses dados estão de acordo com os dados trazidos pela literatura oficial referente as características da população em situação de rua no Brasil (BRASIL, 2009), onde do total de 31,9 mil pessoas, 82% eram homens e 67% deles negros, somados pardos e pretos.

No que se refere aos benefícios mais acessados por essa população, verificou-se que nos municípios analisados a maioria dos usuários atendidos possuíam o benefício do Programa Bolsa Família, seguido do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios eventuais.

Os acessos aos benefícios de transferência de renda demonstram que a realidade das pessoas em situação de rua no Vale do Ivaí, difere-se dos dados observados na pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada entre os anos de 2007 e 2008, pois, 90% dos entrevistados afirmavam não receber nenhum benefício, enquanto 2% tinham acesso ao Bolsa Família e 1% ao BPC, o que indica avanços no acesso aos benefícios no decorrer dos anos, na realidade dos municípios desse território.

As principais fontes geradoras de renda são em sua maioria pedintes de dinheiro, mas aparecem também os programas de transferência de renda, citados anteriormente, assim como trabalhos esporádicos e pedintes de alimentos. Inicialmente, pode-se aferir que, embora haja o acesso aos programas de transferência de renda, aparecendo, como a principal fonte de renda, o fato de obter dados sobre as situações de pessoas que se encontram em situação de rua nas condições de pedintes de dinheiro e alimentos, bem como realizando trabalhos esporádicos, deflagra a fragilidade de tais programas em cumprir a sua função de segurança de renda.

A população em situação de rua no território do Vale do Ivaí é, em sua maioria, originária do próprio município pelo qual é atendida pelo CREAS, e em menor parcela de outras regiões do Paraná e de outros estados e/ou países, o que coincide com os dados referentes ao local de origem dessa população a partir da literatura oficial, reafirmando o exposto de que essa população não é migrante (BRASIL, 2009b).

A fala de uma das profissionais pesquisadas com relação a esse dado, apresenta a passagem de “trecheiros” pelo município em que atua:

Não temos população em situação de rua fixada no território [...]. Temos muitas pessoas que passam pelo município e que se intitulam trecheiros, inclusive, eles não gostam da denominação – morador de rua, pessoa em situação de rua (PARTICIPANTE 1).

Esse relato demonstra a presença desses sujeitos também nos municípios de pequeno porte, uma vez que essa foi registrada em porcentagem expressiva nas cidades pesquisadas no primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua (BRASIL, 2009).

As pessoas em situação de rua no Vale do Ivaí têm acessado os serviços do CREAS recorrentemente por encaminhamentos de outros serviços socioassistenciais, o que indica que a rede de serviços socioassistenciais, tem cumprido o inciso II do artigo 4º da LOAS (BRASIL, 2011), que define como princípio pelo qual se rege a assistência social, a “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” visando a garantia do atendimento pelas políticas públicas as quais o usuário necessitar.

Há também registro de encaminhamentos de outras políticas públicas e órgãos do sistema de garantia de direitos, e em menor número por demanda espontânea, o que pode indicar um baixo alcance da divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais oferecidos pelo equipamento.

Os serviços mais acessados nos municípios são CRAS e CREAS, Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Esse dado nos leva a refletir a inexistência do acesso da população em situação de rua a outras Políticas como as de Educação e Habitação, assim como programas de qualificação profissional e/ou inserção no mercado de trabalho.

Compreende-se a extrema necessidade e importância das ações prestadas pelas políticas acessadas por esses usuários nos municípios, contudo, devem ser pensadas para além dessas ações, intervenções que visem maior abrangência no atendimento das demais políticas públicas, com base em alternativas que propiciem uma nova realidade, para que haja a garantia do acesso aos direitos de forma integral e permanente, viabilizando a superação dos riscos e vulnerabilidades vivenciados de forma satisfatória e apropriada, e que propicie a criação de uma nova realidade, baseada no acesso integral aos direitos sociais garantidos no art. 6º da Constituição Federal de 1988.

A população em situação de rua sofre inúmeras violências e violações em decorrência da exclusão social que vivencia devido aos preconceitos e estigmas

atribuídos a ela e, difundidos pelo senso comum. A não viabilização da assistência as demais áreas da vida das pessoas que vivenciam as consequências desse fenômeno, é também uma violência, uma violação.

Por isso, devem ser garantidas as condições básicas de sobrevivência dos sujeitos, porém, com o enfoque de assegurar a garantia dos direitos numa perspectiva de universalidade, integralidade e equidade, visando não apenas as condições mínimas e o suprimento de necessidades imediatas que permitam ao estado a desresponsabilização da garantia integral das condições de sobrevivência que é direito de todos/as os/as cidadãos/ãs.

5 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO VALE DO IVAÍ

O presente capítulo apresenta como tem se dado a materialização do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social no atendimento à população em situação de rua nos CREAS do Vale do Ivaí, com base na análise da realidade relatada pelas assistentes sociais atuantes nesses espaços.

5.1 A materialização do Projeto Ético-Político

O Projeto Ético-Político do Serviço Social evidencia seu forte posicionamento em defesa da classe trabalhadora e, por meio da dimensão investigativa que é parte constituinte do caráter interventivo que tem essa profissão (YAZBEK, 2009b), torna-se possível conhecer a realidade social criticamente para que se possa nela intervir visando sua transformação. Contudo, para que se concretize essa transformação, as ações interventivas precisam estar fundamentadas em bases teórico-metodológicas e éticas sólidas, sendo que essas ações devem ter como base uma ontologia do ser social, isto é, levar em consideração o ser em si mesmo, entendendo sua constituição a partir dos processos de trabalho.

Com o objetivo de entender como tem se materializado o Projeto Ético-Político do Serviço Social no atendimento à população em situação de rua, será abordada, a seguir, a análise da compreensão e aplicação de alguns de seus princípios nos processos de trabalho das assistentes sociais dos CREAS do Vale do Ivaí, evidenciando se tem havido ou não a materialização do Projeto Ético-Político nessas instituições.

Primeiramente, no que diz respeito ao princípio da liberdade, que é tido como valor ético central, observou-se como a principal característica para a realização de atendimentos na perspectiva de liberdade dos/as usuários/as em situação de rua, a disposição para conhecer suas trajetórias de vida, a fim de compreender suas particularidades, de compreender o indivíduo em sua totalidade, acolhendo as suas demandas e respostas que eles/as acreditam atender a elas. Assim, pode-se identificar o exposto na fala da Participante 1:

[...] para mim a principal característica para a realização de um atendimento que considera a liberdade da pessoa em situação de rua, é estar disposto a ouvir as demandas do indivíduo, compreendê-lo como uma totalidade, ou seja, uma pessoa que tem direitos, e que inclusive, possui o direito de não querer ser abordado pelos profissionais (PARTICIPANTE 1).

De acordo com as profissionais, alguns desafios acompanham essa compreensão, como observa-se nas falas das Participantes, sendo que a Participante 2 afirma que “diante da realidade institucional, relato ser um desafio, pois muitos querem atuar sem antes ouvir o que o usuário apresenta como demanda ‘fazer o que eu acho bom para o usuário’”; e a Participante 1 diz que considera ser “[...] necessário desconstruir essa visão de que o profissional sabe de antemão quais são as necessidades da pessoa em situação de rua, logo, escutar o usuário favorece a prestação de um atendimento digno e de qualidade.”

A realidade relatada indica que, mesmo em um contexto em que há uma tendência para que a população em situação de rua seja atendida numa perspectiva prescritiva, as assistentes sociais consideram a escuta, a apreensão das demandas e as sugestões apresentadas pelos usuários em primeiro lugar, pois entendem como necessidade primordial para um atendimento na perspectiva de liberdade do usuário, a apreensão do que o sujeito expõe em sua fala, buscando compreendê-lo em sua totalidade e a totalidade que o envolve.

Ainda sobre este primeiro princípio, as profissionais expõem que: “a liberdade está inserida em nosso cotidiano profissional e apresenta-se por meio de valores, como: autonomia, efetivação de direitos, respeito e possibilidade de escolha entre alternativas” (PARTICIPANTE 4a). Na mesma direção, outra Participante considera muito importante que, também no atendimento ao usuário em situação de rua, se realize “orientação sobre seus direitos e as formas de acessá-los” (PARTICIPANTE 5).

Os elementos apresentados por essas profissionais evidenciam o exposto por Netto (2018) que, considera a liberdade como possibilidade de escolhas entre alternativas concretas, que possibilite aos indivíduos autonomia. Nesse sentido, é possível identificar a partir desses relatos que, as ações profissionais dessas assistentes sociais têm sido conduzidas de acordo com o que propõe o Código de Ética profissional no que diz respeito a liberdade dos sujeitos em situação de rua.

A partir disso, verifica-se que o princípio da liberdade em relação aos/as usuários/as em situação de rua tem se materializado, uma vez que as profissionais

demonstraram a busca pela garantia da autonomia desses sujeitos por meio do acolhimento de suas demandas, e da realização de orientações acerca de seus direitos e formas de acessá-los, reconhecendo o também direito de se recusarem a serem atendidos pelos serviços e/ou políticas.

No que concerne aos desafios para resguardar a defesa intransigente dos direitos humanos, foram apresentadas questões relativas aos preconceitos direcionados aos sujeitos em situação de rua, existentes na sociedade e presentes no cotidiano profissional dos equipamentos de alguns dos municípios pesquisados.

Esse dado pode ser observado nas falas das profissionais quando expõem que “temos alguns posicionamentos preconceituosos e higienistas, seja por parte dos funcionários, seja por parte da população.” (PARTICIPANTE 5); e que:

O maior desafio é enfrentar as forças e interesses opostos inerentes da sociedade de classes, onde a ideologia do capitalismo procura induzir e manipular a todos e levar a crer que conquistas e fracassos são atribuídos exclusivamente aos indivíduos, colocando o mérito como dominante para a condição em que se encontram nas relações sociais e posicionamento em meio a produção capitalista. Nesse sentido, engloba todos os indivíduos como capazes de alcançar os mesmos resultados dependendo de seus esforços pessoais, sem considerar a particularidade dos mesmos e suas trajetórias de vida [...] (PARTICIPANTE 6).

Essas interpretações preconceituosas e meritocráticas podem decorrer da falta de compreensão dos motivos que levam as pessoas a estarem em situação de rua, ou pela compreensão equivocada desses motivos, o que atribui a condição de vulnerabilidade vivenciada por esses sujeitos, um caráter culpabilizador e moralizador das expressões da questão social ao qual estão submetidos, sendo que estas características parecem estar revigoradas no atual período de fortalecimento da ideologia neoliberal, como mostrado por Barroco (2011).

Um outro desafio apresentado pelas profissionais participantes está relacionado à escassez de recursos estruturais e humanos das instituições, que dificulta a oferta de atendimento apropriado, dado o contexto de sucateamento das políticas públicas e que reflete as contradições entre as lutas da classe trabalhadora e as imposições do capital, descritas por Boschetti (2017).

Esse contexto, na opinião das participantes está expresso da seguinte forma: “é um desafio enorme promover um atendimento digno em um contexto de sucateamento das políticas públicas (tanto em aspectos estruturais dos equipamentos, quanto de recursos humanos)” (PARTICIPANTE 1). A partir disso,

observa-se a presença das determinações da precarização das condições de trabalho impostas pelo capital que, como explicou Alves (2015), expressam uma tensão entre o Projeto Ético-Político e o estatuto do assalariamento. Quanto a isso, a Participante 1 diz ainda:

Sabemos [...] que a realidade institucional de qualquer política pública em certa medida reproduz a correlação de forças própria do sistema capitalista, mas enquanto profissional, nós possuímos autonomia relativa que pode (e deve ser) utilizada para favorecer o atendimento das demandas dos usuários.

A fala dessa profissional expressa a compreensão de Netto e Carvalho (2000) quando os autores apontam que, é necessário compreender que forças e relações contraditórias existem e coexistem no processo, na totalidade, e que são essas forças que produzem o movimento, sendo que é a partir desse movimento que os/as profissionais direcionam suas ações à direção social da profissão, isto é, visando o atendimento das demandas da classe trabalhadora.

Como estratégias para a superação desses desafios, as assistentes sociais têm buscado por meio da mobilização de usuários, e de outros sujeitos como os/as profissionais das equipes dos CREAS e das redes intersetoriais dos municípios, assim como a articulação com conselheiros/as vinculados ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), entre outros, promover a afirmação dos direitos das pessoas em situação de rua, assim como a desconstrução de preconceitos e o esclarecimento do papel do/a assistente social na Política de Assistência Social no atendimento a esses usuários. De acordo com a fala de uma das profissionais pesquisadas:

A estratégia é juntar forças com demais profissionais e projetos coletivos que visem romper com o senso comum, com o conservadorismo e pragmatismo burguês, que tenham como base ideológica a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual e de plena expansão dos indivíduos sociais, entendendo a liberdade, a democracia, a cidadania, a justiça e a igualdade social, comum a todos sem distinção (PARTICIPANTE 6).

Por meio do exposto, é possível verificar que nos processos de trabalho dessas assistentes sociais têm se realizado o enfrentamento ao que Barroco (2011) denomina “discurso dominante” que, segundo a autora se baseia na naturalização e moralização da criminalidade, conta com práticas de encaminhamentos que seguem

critérios seletivos, baseados, muitas vezes em critérios circundados de avaliações morais, de classe e condição social.

Como forma de enfrentamento a este contexto, Barroco (2011) apresenta estratégias que vão ao encontro das ações utilizadas pelas assistentes sociais pesquisadas, como as estratégias coletivas de capacitação e organização política, discussões nos locais de trabalho, articulação com outras categorias, entidades e movimentos organizados da população usuária.

Dessa forma, é possível aferir que na realidade do Vale do Ivaí, as profissionais atuantes nos CREAS, tem buscado garantir a defesa intransigente dos direitos humanos, e que mesmo sendo desafiadas no que diz respeito a essa garantia, têm se esforçado na busca de meios para a superação desses desafios.

Nesse sentido, em relação aos desafios institucionais para a realização da prática profissional não discriminatória, verificou-se que, mesmo as profissionais tendo adotado a estratégia de mobilização de outros profissionais que compõem as equipes e as redes intersetoriais dos municípios, ainda há uma grande dificuldade em promover a compreensão acerca dos direitos das pessoas em situação de rua e a desconstrução dos preconceitos existentes com relação a essas pessoas. Uma das profissionais evidencia esse desafio em sua fala o considerando como:

A busca constante de refletir a realidade social, onde a desigualdade social é resultado de um processo social histórico que perpassa o sistema econômico que concentra riquezas para poucos e exclui muitos. É compreender que estamos inseridos em uma sociedade que exclui e discrimina. Um estado que precariza e sucateia os serviços públicos, é buscar atuar na conscientização dos direitos sociais (PARTICIPANTE 2).

Esse desafio demonstra a complexidade das situações para as quais se busca resolução nos processos de trabalho do/a assistente social. Quanto a isso, Boschetti (2017) afirma que é uma postura ético-política e teórica essencial a de se colocar eticamente em defesa dos direitos da classe trabalhadora, mas que essa postura não garante a igualdade substantiva e nem a satisfação das necessidades dessa classe. Isso porque essa tensão estrutural se intensifica em tempos de crise, de avanço do conservadorismo, de criminalização das lutas sociais, de destruição e retenção de direitos sociais, e impõe novos e antigos desafios aos profissionais, como o que observa-se nessa fala.

Para além disso, há um outro desafio presente no cotidiano profissional; este, diz respeito à falta de compreensão do real papel da Política de Assistência Social e conseqüentemente do/a assistente social na política, considerando que há uma compreensão equivocada de sua função como evidenciam as falas das profissionais:

Há dificuldades com relação ao papel do CREAS e do profissional de Serviço Social, muitas vezes as pessoas consideram que é nosso papel 'tirar a pessoa da rua' a qualquer custo, no sentido de termos uma atitude 'policialesca'; espera-se uma 'limpeza' dos locais públicos, mesmo que não usem esses termos. Há uma visão muito preconceituosa que acaba travestindo a forma como as demandas chegam até nós, sendo necessário um trabalho constante de desconstrução dessas visões e posicionamentos (PARTICIPANTE 5).

[...] um desafio é a desconstrução do senso comum que estava impregnado nas relações institucionais, além das práticas de policiamento da vida dos usuários em situação de rua, cito aqui o meu questionamento e recusa em desempenhar o protocolo (informal) para a viabilização de uma passagem, que consistia em fazer uma busca sobre a existência de algum processo criminal, não é papel da Política de Assistência Social fazer esse processo de investigação, nós não somos um braço da segurança pública (PARTICIPANTE 1).

Quanto à essas requisições que vão contra o Projeto Ético-Político profissional e que constituem o discurso dominante, Barroco (2011) chama atenção para a necessidade de os/as assistentes sociais estarem capacitados/as para o enfrentamento deste discurso, para não correrem o risco de reproduzi-lo reeditando o conservadorismo profissional, sendo que para isso devem se opor ao atendimento dessas requisições contrárias ao projeto profissional, para não acabarem incorporando-as e exercendo assim a coerção.

Analisando a busca pela desconstrução do conservadorismo que reverbera na profissão e a recusa em atender a essas requisições nas falas aqui expostas, é possível perceber o preparo das profissionais pesquisadas e o direcionamento de suas ações profissionais na luta pela eliminação das formas de preconceito. Neste sentido, opondo-se ao exercício profissional pautado em ações de caráter preconceituoso e coercitivo que constituem o discurso dominante.

No que se refere ao aspecto do aprofundamento da democracia, as assistentes sociais pesquisadas afirmam que por meio da acolhida, entrevista social com questionário aberto e do diálogo fomentado pelos profissionais, têm sido possível que os usuários em situação de rua expressem suas demandas e pontos de vista, como se pode notar na fala das assistentes sociais:

A partir de acolhida humanizada e respeitosa, com prática profissional ética, não discriminatória, comprometida, considerando os ciclos de vida e as necessidades individuais e coletivas, sem julgamentos tendenciosos sobre seus estilos de vida e escolhas (PARTICIPANTE 6).

Busca-se realizar a abordagem social com a população de rua, para conhecer a demanda apresentada, onde orientamos sobre os serviços ofertados pelo equipamento CREAS e o convite desses para conhecer o equipamento para alimentação, higiene pessoal e atendimentos. Realiza-se a entrevista social questionário aberto para que os mesmos possam expressar suas demandas e necessidades, para assim realizar os encaminhamentos necessários (PARTICIPANTE 2).

Por meio dessas formas de estímulo a participação dos usuários nas decisões que lhes dizem respeito, é que se torna possível conhecer as demandas desses sujeitos, as quais segundo a Participante 4b, são “acolhidas, discutidas, analisadas e avaliadas para a proposição da melhor forma de intervenção.”

Dessa forma, pode-se considerar que na realidade do Vale do Ivaí, o atendimento à população em situação de rua tem sido realizado de forma democrática, tendo em vista que há o incentivo para a participação desses sujeitos.

No tocante ao tencionamento para a qualidade dos serviços prestados, as profissionais pesquisadas apontaram a importância do constante aperfeiçoamento intelectual e da necessidade de avaliação conjuntural, considerando que,

No cotidiano profissional é desafiador o processo de garantia do acesso aos direitos sociais com plena efetividade, porém essa é uma busca constante no exercício profissional, visto que o compromisso com a qualidade dos serviços prestados é um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional [...] e para que se cumpra precisamos sempre buscar o aperfeiçoamento intelectual a fim de não deixar-se cair nas ciladas do trabalho tecnicista, burocrático e mercantil, que busca apenas executar o serviço, sem refletir criticamente sobre as ações.

[...] é necessário avaliar que a atual conjuntura política interfere diretamente na atuação profissional, diante do avanço neoliberal, tanto na forma da formulação e execução das políticas sociais nas quais os assistentes sociais atuam, redefinindo os processos de trabalho, quanto no tencionamento no processo de defesa dos direitos sociais (PARTICIPANTES 4).

Isso revela nos processos de trabalho o exposto por Iamamoto (2009), quando diz que o compromisso com a qualidade dos serviços prestados necessita de aprimoramento intelectual constante, já que a atuação profissional deve se orientar por uma competência crítica que seja capaz de desvendar fundamentos conservantistas e tecnocráticos que estão ligados as competências burocráticas exigidas pelos empregadores, sendo que essas competências podem ser mais ou menos explícitas a depender do contexto em que se manifestam.

As profissionais consideram também o domínio das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa como meio de buscar garantir a qualidade dos serviços prestados, fazendo isso através da análise crítica das situações apresentadas e da aplicação adequada das técnicas e procedimentos necessários ao tencionamento da transformação da realidade vivenciada pelos sujeitos em situação de rua, como constata-se na fala das profissionais pesquisadas:

Realizando escuta qualificada e utilizar da dimensão investigativa na prática profissional para desvelar possibilidades de conhecer para intervir e dar respostas efetivas (PARTICIPANTE 6).

[...] sistematização e o diagnóstico são fundamentais para o estabelecimento de metas e objetivo necessários para a qualificação do serviço, e consecutivamente, do atendimento (PARTICIPANTE 1).

Sempre com base no conhecimento técnico, e principalmente prático pois exerço a profissão há aproximadamente 20 anos e isso nos ajuda no entendimento ao usuário, encaminhamentos, acompanhamentos, etc (PARTICIPANTE 3).

Quanto a isso, podemos retomar Iamamoto (2015), que refere que, a dinamicidade dos processos históricos requer uma constante pesquisa de suas expressões concretas, e que isso exige a elaboração de propostas de trabalho que sejam favoráveis a realização das mudanças pretendidas. Dessa forma, é possível compreender a importância da relação estabelecida entre o conhecimento técnico e prático e a dimensão investigativa nos processos de trabalho das assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua, onde, por meio do registro dos atendimentos e diagnóstico das demandas dessa população, busca-se garantir a qualidade nos serviços prestados.

Ademais, o objetivo é garantir a qualidade dos serviços “fazendo bom uso dos recursos existentes, com estratégias de prevenção, enfrentamento e superação das situações de violação de direitos” (PARTICIPANTE 6) e, também, por meio da busca de articular a rede de proteção, com a finalidade de atender as demandas em sua integralidade, como coloca a Participante 5.

Isso posto, podemos recuperar o descrito por Iamamoto (2015) referente a incidência do trabalho dos/as assistentes sociais nas condições materiais e sociais da classe trabalhadora. De acordo com a autora, o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais inclusos nos programas com os

quais trabalha nas suas diversas áreas de atuação, tais como saúde, educação, habitação etc.

Dessa forma, é possível compreender que ao se buscar utilizar de maneira apropriada os recursos disponíveis, pretende-se garantir por meio do acesso aos direitos e serviços, entre esses os de acesso pela rede intersetorial, um produto que é imaterial, mas que sendo socialmente objetivo, incidirá diretamente em diversas áreas da vida dos indivíduos como o conhecimento, os valores, comportamentos e a cultura (IAMAMOTO, 2015), podendo resultar assim nas pretendidas formas de prevenção, enfrentamento e superação das situações de violação vivenciadas pelos sujeitos em situação de rua.

A partir da análise realizada neste capítulo, foi possível observar que, na realidade apresentada pelas assistentes sociais atuantes nos CREAS do Vale do Ivaí, tem havido a materialização do Projeto Ético-Político no que se refere ao empenho profissional em defender os interesses e direitos da população em situação de rua no espaço sócio-ocupacional de atuação. Isso se torna evidente ao visualizarmos por meio da fala das profissionais, a compreensão que essas têm dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, e de que forma eles têm sido aplicados em seus processos de trabalho.

Essa compreensão e formas de materialização dos princípios aqui discutidos revelam que esses processos de trabalho estão pautados nos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, o que confere a possibilidade de o trabalho do/a assistente social se realizar de forma efetiva e com qualidade, mesmo em meio as contradições que coexistem nos espaços de atuação profissional como a falta de condições apropriadas de trabalho, as condutas autoritárias presentes nesses espaços, entre as demais aqui apresentadas.

Assim, pode-se concluir que o atendimento à população em situação de rua no Vale do Ivaí, tem avançado na direção social da profissão, uma vez que evidenciou-se que as assistentes sociais dos CREAS localizados nesse território têm, por meio de postura ética, e conduzidas pelos princípios e valores que orientam o Projeto Ético-Político profissional, buscado viabilizar o acesso aos serviços como direito, opondo-se a condutas autoritárias e preconceituosas, demonstrando seu forte posicionamento em defesa da classe trabalhadora, na busca pela garantia da qualidade dos serviços prestados.

5.2 Aprendizados e descobertas com a pesquisa

O atual contexto de pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), impôs a vida cotidiana inúmeras mudanças jamais imaginadas e que alteraram planos, rotinas, trabalhos, pesquisas entre outros. Uma das intenções iniciais para a realização deste trabalho de conclusão de curso, era de que ele abordasse diretamente a realidade dessa população a partir da contribuição de um ou alguns sujeitos em situação de rua, na condição de interlocutores da pesquisa, considerando a importância, e ao mesmo tempo a invisibilidade do lugar de fala desses sujeitos aqui representados.

Neste sentido, a pandemia impôs dificuldades à consolidação de tal proposta para fins deste trabalho. No entanto, dada a relevância do conhecimento a respeito dessa população nos municípios de pequeno porte, em especial na região do Vale do Ivaí, onde, também se verifica a presença de pessoas em situação de rua, é fundamental conhecer algumas de suas características e dos direitos não acessados por elas no território. A partir disso, ficam algumas questões para reflexões e sugestões para pesquisas futuras.

O Serviço Social tendo a questão social como objeto de sua intervenção profissional, mantém em seu processo formativo o debate assíduo acerca desta matéria e de suas expressões diversas presentes no cotidiano da sociedade capitalista. Essas expressões incidem sobre a vida dos sujeitos de forma que estes passam a necessitar de intervenções do Estado para a superação das vulnerabilidades que decorrem delas.

Essas expressões necessitam ser trabalhadas por meio de intervenções multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, sendo o Serviço Social uma das profissões que compõe a rede de serviços. No processo formativo dessa profissão, diversas expressões da questão social como a violência, os preconceitos, a pobreza, a exclusão, a negligência, a fome, a condição de situação de rua, entre inúmeras outras, tornam-se objeto de estudo para debates em sala de aula, pesquisas de iniciação científica e/ou trabalhos de conclusão de curso.

Isso posto e considerando que, ao longo da existência do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí (UEM – CRV), desde o ano de 2010, não houve registros de Trabalhos de Conclusão de Curso relacionados a temática da população em situação de rua, sendo este o único trabalho relacionado ao tema finalizado até o momento, algumas questões estão

expostas: qual a importância que a academia tem dado para o tema? De que forma ela tem contribuído para maior visibilidade desse segmento da população? Por que mesmo conscientes da existência e condição desses sujeitos, uma vez que nos deparamos com eles cotidianamente em nossos trajetos, a condição da população em situação de rua não tem se tornado objeto de estudo para o Serviço Social no Vale do Ivaí?

A partir desta realidade permeada de invisibilidade e visando o aprofundamento do conhecimento dessa população, os próximos estudos, livres de um contexto de pandemia, poderiam oportunizar uma aproximação direta com a população em situação de rua, por meio da realização de estudos que objetivem quantificar e caracterizar essa população nos municípios de pequeno porte, em especial nos municípios da Região do Vale do Ivaí, por meio de um Censo ou um *Survey*, por exemplo. Essa aproximação talvez fosse possível por meio de uma articulação com o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua, da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná, o que poderia proporcionar uma rica compreensão das condições de vida e de itinerário destes sujeitos na Região do Vale do Ivaí, a fim de dar visibilidade a questão social que envolve estes sujeitos.

A presente pesquisa propiciou visualizar a corporificação da relação entre teoria e prática presentes nos processos de trabalho das assistentes sociais dos CREAS do Vale do Ivaí, o que possui muita relevância. Dada a impossibilidade de, no contexto de pandemia, visualizar essa relação no espaço sócio-ocupacional, uma vez que os estágios presenciais foram suspensos e o período experienciado, dada sua parcialidade, não propiciou visualizar essa materialização no atendimento a pessoa em situação de rua, é um desafio que pode ser melhor explorado em futuros trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na teoria apresentada e nos relatos das profissionais participantes da pesquisa, foi possível visualizar a corporificação da relação entre a teoria e o trabalho profissional cotidiano do/a assistente social, no atendimento à população em situação de rua, demonstrando a importância da atuação desse profissional na busca pela promoção da autonomia e da garantia do acesso aos direitos desses sujeitos.

Como visto anteriormente, a sistematização dos processos de trabalho do/a assistente social é um elemento essencial e que deve ser preservado, uma vez que é por meio dela que se faz possível diagnosticar as demandas apresentadas pelos sujeitos em situação de rua e planejar as formas de intervenção, assim como formular serviços e benefícios que atendam às necessidades individuais e coletivas dessa população, de forma efetiva e integral.

Estando esse trabalho profissional pautado em princípios e valores que apontam para a defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora, faz-se possível que, mesmo em meio as tensões e interesses opostos que atravessam o cotidiano institucional, haja um tencionamento para o atendimento das demandas dessa classe, por meio do uso da relativa autonomia profissional e da valorização e uso adequado das condições objetivas de trabalho existentes.

É importante reconhecermos que, independentemente da presença da população em situação de rua em grandes centros ou pequenos municípios, há ainda uma grande lacuna de pesquisas que investiguem as condições de vida destes sujeitos.

O número de atendimentos realizados à população em situação de rua no Vale do Ivaí é um dado que chama atenção e que, possivelmente em decorrência da pandemia e/ou de seus desdobramentos, como demonstrado pelo IPEA (2020), em março de 2020 já era possível visualizar um aumento do número de pessoas em situação de rua no Brasil. Esta realidade, permite vislumbrarmos a necessidade de dar mais atenção a temática, para que a partir da compreensão do fenômeno, tanto nacionalmente, quanto no Vale do Ivaí, sejam pensadas formas de responder as antigas e as novas demandas que podem vir a surgir do/no atual contexto pandêmico.

Os dados e relatos da existência de pessoas vivendo em situação de rua no Brasil e, em especial na região do Vale do Ivaí, traduzem a proposta da Política Nacional de Habitação de universalizar o acesso à moradia digna para todos os

cidadãos, entre outros direitos, à mera utopia. Não havendo a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe (CFESS, 1993), não haverá igualdade, e menos ainda, equidade para os cidadãos e cidadãs.

Dessa forma, faz-se necessário que mais voz seja dada a essas pessoas, que suas demandas continuem sendo acolhidas e atendidas pelo Serviço Social, mas que para além disso, sejam assegurados também meios de acesso ao mercado de trabalho, à moradia digna, à alimentação e à educação de qualidade, à segurança e ao lazer. E que assim também se faça possível conhecer mais sobre a existência e resistência desses sujeitos, pois é por meio do conhecimento concreto da realidade que essa se faz passível de mudanças.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 1-10.
- ALVES, Glaucia Lelis. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária. **O social em questão**. Rio de Janeiro, ano 18, n. 34, p. 181-204, jul./dez. 2015.
- AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa**. 2 ed. Porto Alegre: Age, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- BARDIN, Laurence. Definição e relação com as outras ciências. *In*: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. p. 27-46.
- BARDIN, Laurence. Organização da análise. *In*: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977b. p. 95-102.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 mar. 2021.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jul. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 3 mar. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23

dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua:** aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF, 2009b.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília, DF, 2009c.

BRASIL. Lei Federal nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro diferenciado. **Diversidade no cadastro único** – respeitar e incluir. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma operacional básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. **Política nacional para a população em situação de rua**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/politica-nacional-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Benefícios eventuais no SUAS:** orientações técnicas. Brasília, DF, 2018b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença:** o que é COVID-19. Brasília. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 9 mar. 2021.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano:** conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 51-61.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do/a assistente social**. 9. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE NOTÍCIAS. **Coronavírus (COVID-19)**. Paraná. Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F01hd3f&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em: 9 mar. 2021.

GOMES, Romeu; Prado, Adonia Antunes. A rua: institucionalização da exclusão social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. p. 97-116.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 27-42.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 83-123.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Política de prática acadêmica: uma proposta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 271-283.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Divisão do trabalho e serviço social. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 101-114.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. A questão social na década de 1920 e 1930 e as bases para a implantação do serviço social. *In*: **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-140.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Apucarana**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/apucarana.html>. Acesso em: 6 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2010 a março de 2020)**. Nota técnica, n. 73, jun. 2020. Brasília, DF, IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812. Acesso em: 19 out. 2020.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalba Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos e Contextos**. Porto alegre, v. 6, n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Veras, 1999. p. 21-31.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “A violência na adolescência: um problema de saúde pública”. In: **Cadernos de Saúde Pública**. V. VI, n.º 3. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, jul./set., 1990. p. 278-292.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Grafline; ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2018.

NETO, Otávio Cruz; SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves de. Rede familiar: a reconstrução pela desconstrução. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **O limite da exclusão social**: meninos e meninas de rua no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. p. 65-96.

PARANÁ. **Guia de apoio**: informações e serviços de atenção para a população em situação de rua no Paraná. Curitiba, 2018.

PEREIRA, Antônio. A educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR): a contribuição do projeto axé na legitimação da pedagogia social de rua. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 2, p. 125-144, jul./dez. 2011.

SILVA, José Graziano da. A herança histórica. In: **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 20-28.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-200.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2018. p. 1-32.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-142.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In*: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 165-184.

APÊNDICES:

Apêndice A – Questionário aplicado as profissionais pesquisadas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social

Identificação

Cidade:

Tempo de trabalho na instituição:

Vínculo de trabalho:

Telefone:

Prezada assistente social,

Para iniciarmos o preenchimento do questionário, gostaríamos de saber a sua opinião sobre a realidade dos processos de trabalho junto à população em situação de rua, bem como, das condições de vida desses sujeitos, no seu contexto institucional. Responda as questões objetivas abaixo:

Bloco 1 Processos de trabalho

1 Quais são as principais demandas identificadas no atendimento à população em situação de rua no seu município de atuação?

1. () Situação de violência
2. () Busca por familiares
3. () Solicitação de benefício eventual. Qual? _____.
4. () Solicitação de local para dormir
5. () Outra: _____.

2 Quais os meios e instrumentos de trabalho mais utilizados no atendimento à população em situação de rua?

1. () Entrevistas e/ou orientação
2. () Reuniões de Grupo
3. () Encaminhamento à rede de proteção social. Qual serviço: _____.
4. () Elaboração de documentação técnica. Qual? _____.
5. () Outro: _____.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social

3 No atendimento à essa população, quais direitos foram/são possíveis de serem acessados?

1. () Vínculos familiares e/ou institucionais fortalecidos
2. () Inserção em projetos, programas e/ou grupos. Qual? _____.
3. () Direito à saúde
4. () Direito à alimentação
5. () Outro: _____

Bloco 2 Condições de vida da população em situação de rua

4 Qual a média de atendimentos realizados à população em situação de rua durante o ano?

1. () menos de 10
2. () de 10 a 15
3. () de 15 a 20
4. () de 20 a 30
5. () +30

5 Os atendimentos realizados são mais voltados à que gênero?

1. () Feminino
2. () Masculino

6 Qual a cor/raça majoritariamente atendida desta população?

1. () Preta
2. () Parda
3. () Branca
4. () Amarela
5. () Outra: _____

7 Quanto aos benefícios mais acessados por essa população, são eles:

1. () Aposentadoria
2. () Bolsa família
3. () Benefício de Prestação Continuada – BPC
4. () Nenhum
5. () Outro: _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social

8 Quais são as principais fontes geradoras de renda da população em situação de rua atendida pelo CREAS?

1. Coleta de material reciclado
2. Pedinte de dinheiro
3. Pedinte de alimentos
4. Bicos
5. Outro: _____

9 As pessoas em situação de rua atendidas pelo CREAS, normalmente costumam ser originárias:

1. Do próprio município
2. De municípios da região
3. De outras regiões do Paraná
4. De outros estados e/ou países
5. De origem desconhecida

10 Dos serviços abaixo, quais a população em situação de rua acessa no município?

1. CREAS
2. CRAS
3. Albergue municipal
4. UBS/UPA
5. Outro: _____

11 Que forma de acesso aos serviços do CREAS tem sido mais utilizada pela população em situação de rua?

1. Encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social
2. Encaminhamento de outros serviços socioassistenciais
3. Encaminhamento das demais políticas públicas setoriais e/ou órgãos do Sistema de Garantia de direitos
4. Demanda espontânea
5. Outro: _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social

Bloco 3 Projeto Ético-Político Profissional

Para finalizarmos, gostaria de saber a sua opinião acerca da materialização dos princípios do Projeto Ético-político do Serviço Social no seu cotidiano profissional, por meio das questões dissertativas, abaixo:

12 No seu entendimento, qual a principal característica para a realização de um atendimento na perspectiva de liberdade do usuário? Tal característica é possível na atual realidade institucional?

13 Durante o seu exercício profissional, quais os desafios para resguardar a defesa intransigente dos direitos humanos? Quais as estratégias para superar estes desafios?

14 Nas suas relações com outros profissionais e usuários, quais os desafios institucionais para a prática profissional não discriminatória?

15 Durante a realização de um grupo ou uma entrevista com a população em situação de rua, de que forma tem sido possível esses sujeitos expressarem suas demandas e pontos de vista?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social

16 Na sua atuação profissional, durante os atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos, de que forma tem sido possível o tencionamento para o princípio da qualidade nos serviços prestados?

Apêndice B – Material bibliográfico referente ao tema da população em situação de rua em municípios de pequeno porte

AUTORES/AS	TÍTULO	FONTE
ALMEIDA, Thais Priscila; OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de.	População de rua e negligência estatal: aproximações a política social paulista	Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP. Marília. ed. 14. Nov. 2014. p. 227-238.
VALE, Aléxa Rodrigues do; VECCHIA, Marcelo Dalla.	Sobreviver nas ruas: percursos de resistência à negação do direito à saúde.	Psicologia em estudo. Maringá. v. 25, Fev. 2020. p. 1-16.
VALE, Aléxa Rodrigues do; VECCHIA, Marcelo Dalla.	“UPA é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado a saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte	Saúde e Sociedade. São Paulo. v. 28, n. 1, 2019. p. 222-234.

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)¹¹

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa, cujo objetivo é compreender como se materializa o Projeto Ético Político profissional do/a assistente social em seus processos de trabalho no atendimento à população em situação de rua nos CREAS dos municípios de pequeno porte I e II, na região do Vale do Ivaí.

A obtenção dos dados será feita por meio de questionário auto aplicado, com questões objetivas e dissertativas, que levará em média de 15 a 20 minutos para ser respondido.

A sua participação ajudará no desenvolvimento de novos conhecimentos, que irão qualificar os estudos sobre a população em situação de rua, no Vale do Ivaí e a compreensão dos processos de trabalho dos assistentes sociais, bem como contribuir de forma direta para a formação acadêmica em Serviço Social.

Os seus registros serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados deste estudo poderão ser usados na construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas você não será identificada por nome. Sua participação no estudo é voluntária, de forma que, caso você decida não participar, isto não afetará no tratamento normal que você tem direito. Você não terá custo nem receberá por participar. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em relação com o pesquisador ou com a instituição.

Caso você tenha dúvidas ou solicite esclarecimentos, entrar em contato com o pesquisador responsável professor Dr. Douglas Marques, e-mail: xxxxx; e/ou com a acadêmica Ticiania de Souza Oliveira, telefone (xx) xxxx-xxxx. E-mail: xxxxx.

Data: 26/11/2020.

¹¹ **Observação:** O presente documento foi baseado no item IV das Diretrizes e Normas Regulamentadoras para a pesquisa em Ciências Sociais e Humanas, do Conselho Nacional de Saúde (resolução 510/16).